

Programa de Formação da CNTE
Um novo conceito de atuação sindical

Introdução à História do Movimento Sindical



Jones Dari Goettert



Programa de
Formação da CNTE



ESFORCE



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br



Filiada à



Programa de Formação da CNTE
Um novo conceito de atuação sindical

Eixo 1 - Fascículo 4

Introdução à História do Movimento Sindical

Jones Dari Goettert

3^a Edição, 1^a Reimpressão

Brasília, DF
CNTE/ESFORCE
2014

© 2014 CNTE

Qualquer parte deste caderno pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <http://cnte.org.br/index.php/secretarias/formacao.html>

Coordenação: Gilmar Soares Ferreira - Secretário de Formação
Heleno Araújo Filho - Secretário de Assuntos Educacionais

Secretaria da Escola de Formação (Esforce): Cristina S. de Almeida

Equipe de edição: Claudia Santiago, Marina Schneider, Sheila Jacob, Luisa Santiago e Ana Lúcia Vaz

Projeto gráfico e editorial: Vito Giannotti

Capa e diagramação: Daniel Costa e Frisson Comunicação

Ilustrações: Latuff / Hélio Arakaki

1ª Edição: Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), em 2000

2ª Edição (revisão): Escola Centro-Oeste de Formação da CUT (ECO/CUT), em janeiro de 2007

3ª Edição: 2011

3ª Edição – 1ª Reimpressão: 2014

*Esta publicação obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa.
Foi feito depósito legal.*

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Goettert, Jones Dari.

Introdução à história do movimento sindical / Jones Dari Goettert. -- 3ª ed. 1ª reimpr. --
Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.
123 p. — (Formação de Dirigentes Sindicais, Eixo 1, Fascículo 4)

Programa de Formação da CNTE: um novo conceito de atuação sindical

ISBN Impresso: 978-85-64766-07-5
ISBN Eletrônico: 978-85-64766-08-2

1. Educação Sindical. 2. Formação Sindical. 3. Política de Formação, Sindicalismo. 4.
Movimento Sindical, História. I. Título. II. Série. III. CNTE.

CDU: 31.105.44(09)

Bibliotecária: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817

Gestão 2014/2017

Direção Executiva da CNTE

Presidente

Roberto Franklin de Leão (SP)

Vice-Presidente

Milton Canuto de Almeida (AL)

Secretário de Finanças

Antonio de Lisboa Amancio Vale (DF)

Secretaria Geral

Marta Vanelli (SC)

Secretaria de Relações Internacionais

Fátima Aparecida da Silva (MS)

Secretário de Assuntos Educacionais

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (PE)

Secretário de Imprensa e Divulgação

Joel de Almeida Santos (SE)

Secretário de Política Sindical (licenciado)

Rui Oliveira (BA)

Secretário de Formação (licenciado)

Gilmar Soares Ferreira (MT)

Secretária de Organização

Marilda de Abreu Araújo (MG)

Secretário de Políticas Sociais

Antonio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Secretaria de Relações de Gênero

Isis Tavares Neves (AM)

Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários

Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE)

Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Francisco de Assis Silva (RN)

Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação

Maria Antonieta da Trindade (PE)

Secretária de Assuntos Municipais

Selene Barboza Michielin Rodrigues (RS)

Secretário de Direitos Humanos

José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP)

Secretário de Funcionários

Edmilson Ramos Camargos (DF)

Secretária de Combate ao Racismo

Iêda Leal de Souza (GO)

Secretária Executiva (licenciada)

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Secretário Executivo

Marco Antonio Soares (SP)

Secretário Executivo

Cleiton Gomes da Silva (SP)

Secretária Executiva

Maria Madalena Alexandre Alcântara (ES)

Secretária Executiva

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Secretário Executivo

Alvisio Jacó Ely (SC)

Secretária Executiva

Rosana Souza do Nascimento (AC)

Secretária Executiva

Candida Beatriz Rossetto (RS)

Secretário Executivo

José Valdivino de Moraes (PR)

Secretária Executiva

Lirani Maria Franco (PR)

Secretária Executiva

Berenice D'Arc Jacinto (DF)

Secretário Executivo (licenciado)

Antonio Júlio Gomes Pinheiro (MA)

SUPLENTES

Beatriz da Silva Cerqueira (MG)

Carlos Lima Furtado (TO)

Elson Simões de Paiva (RJ)

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

João Alexandrino de Oliveira (PE)

Maria da Penha Araújo (João Pessoa/PB)

Marilene dos Santos Betros (BA)

Miguel Salustiano de Lima (RN)

Nelson Luis Gimenes Galvão (São Paulo/SP)

Rosilene Correa Lima SINPRO (DF)

Ruth Oliveira Tavares Brochado (DF)

Suzane Barros Acosta (Rio Grande/RS)

Veroni Salete Del'Re (PR)

CONSELHO FISCAL - TITULARES

José Teixeira da Silva (RN)

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Flávio Bezerra da Silva (RR)

Antonia Benedita Pereira Costa (MA)

Gilberto Cruz Araujo (PB)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Rosimar do Prado Carvalho (MG)

João Correia da Silva (PI)

João Marcos de Lima (SP)

Coordenador do DESPE: Mário Sérgio Ferreira de Souza (PR)

CNTE

SDS Ed. Venâncio III, salas 101/106, Asa Sul, CEP: 70.393-902, Brasília-DF, Brasil.

Telefone: + 55 (61) 3225-1003 Fax: + 55 (61) 3225-2685 E-mail: cnte@cnte.org.br » www.cnte.org.br

48 Entidades Filiadas à CNTE

SINTEAC/AC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre
SINTEAL/AL - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
SINTEAM/AM - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas
SINSEPEAP/AP - Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Amapá
APLB/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
ASPROLF/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Lauro de Freitas
SIMMP/BA - Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista
SISE/BA - Sindicato dos Servidores em Educação no Município de Campo Formoso
SISPEC/BA - Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Camaçari
APEOC/CE - Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará
SINDIUTE/CE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará
SAE/DF - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Distrito Federal
SINPRO/DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal
SINDIUPES/ES - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
SINTEGO/GO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
SINPROESEMMMA/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão
SINTERPUM/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Timon/MA
Sind-UTE/MG - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
FETEMS/MS - Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul
SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso
SINTEPP/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
SINTEM/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa
SINTEP/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba
SIMPERE/PE - Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial de Recife
SINPC/PE - Sindicato dos Professores do Município do Cabo de Santo Agostinho
SINPMOL/PE - Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda
SINPROJA/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Jaboatão dos Guararapes
SINTEPE/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
SINPROSUL/PI - Sindicato dos Professores Municipais do Extremo Sul do Piauí
SINTE/PI - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí
APP/PR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
SISMMAC/PR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
SISMMAR/PR - Sindicato Dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária
SINTE/RN - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte
SINTERO/RO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
SINTER/RR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima
APMI/RS - Sindicato dos Professores da Rede Pública de Ijuí
CPERS/RS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação
SINPROCAN/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Canoas
SINPROSM/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria
SINTERG/RS - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande
SINTE/SC - Sind. dos Trab. em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina
SINDIPEMA/SE - Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju
SINTESE/SE - Sind. dos Trab. em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe
AFUSE/SP - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação
APEOESP/SP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
SINPEEM/SP - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
SINTET/TO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins

SUMÁRIO

Apresentação 7

1 História, trabalhadores(as) sujeitos histórico-sociais 12

2 Resistir, reivindicar 24

3 O sindicalismo europeu 38

4 Algumas concepções do movimento sindical 48

5 História do sindicalismo no Brasil 60

1) Do surgimento até 1930 61

2) De 1930 a 1945 69

3) De 1945 a 1964 74

4) De 1964 ao final do século XX 81

6 O movimento sindical nos estados 102

7 A participação da mulher 104

Indicações de filmes 119

Referências 122

Boletim

CNTE *informa*



Luta pelo Piso, Carreira, Profissional
valorização profissional são temas-chave
do informativo. Acesse o site

www.cnte.org.br,

faça o cadastro e receba semanalmente
o Boletim em seu endereço eletrônico.

RECEBA O BOLETIM

Nome
E-mail
 Receber em HTML?
Cadastrar



APRESENTAÇÃO

Após um período de discussão, de forma participativa, como é a nossa tradição na CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), temos o prazer de apresentar, não apenas aos trabalhadores e trabalhadoras em educação, mas ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, o nosso Programa de Formação para a gestão 2011/2014.

A principal peculiaridade deste Programa

decorre do fato de ser, todo ele, concebido e estruturado pelos trabalhadores e trabalhadoras em educação, a partir da concepção de uma Educação Integral e de uma proposta político-metodológica pautada pela compreensão de sujeito e de realidade como totalidades históricas, do trabalho como princípio educativo e de construção coletiva do conhecimento.

Para nós, esses aspectos são relevantes na implementação do Programa, que não se restringe apenas ao objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre os conteúdos políticos, sociais e históricos da luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

O objetivo principal é possibilitar que os trabalhadores e trabalhadoras em educação tenham uma visão crítica da realidade concreta, das relações sociais e do mundo em que estão inseridos e se percebam como sujeitos da história: capazes de analisar a realidade, elaborar propostas para a sua transformação e agir, coletivamente, com consistência no dia a dia educacional e sindical.

O Programa de Formação da CNTE está disposto em quatro eixos:

- ① **Concepção Política Sindical**
- ② **Formação de Dirigentes Sindicais**
- ③ **Planejamento e Administração Sindical**
- ④ **Temas Transversais**

O primeiro eixo é composto pelos seguintes fascículos:

- ① **Introdução à Sociologia**
- ② **Teoria Política**
- ③ **Economia Política**
- ④ **Introdução à História do Movimento Sindical**
- ⑤ **Movimento Sindical de trabalhadores(as) em Educação**

A publicação dos fascículos só foi possível em parceria com o SINTEP/MT, que disponibilizou para a CNTE os textos elaborados para o seu Programa de Formação.

Para o Programa Nacional, os textos foram revisados e atualizados, e contou com o importante apoio logístico do Sindicato dos Educadores da Suécia (Lärarförbundet), no período de 2007 a 2009. E

aqui registramos o agradecimento em nome dos(as) trabalhadores(as) da educação básica pública do Brasil.

Agora, com o Programa assumido pela CNTE, serão mais nove fascículos a serem colocados à disposição do conjunto das entidades filiadas à Confederação, num esforço de proporcionar a Formação Político-Sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em educação pública no Brasil.

É com grande satisfação que apresentamos este fascículo de Introdução à História do Movimento Sindical.

Este material, como todos os outros, servirá de apoio aos participantes nas atividades desenvolvidas pela Formação Sindical. Os temas abordados, neste fascículo e nos demais, proporcionarão

a todos e todas, fundamentações teóricas e metodológicas, ferramentas fundamentais para o enfrentamento qualificado no movimento sindical e popular.

Desejamos que os debates, as leituras e os estudos em grupo proporcionem transformações no nosso cotidiano, bem como na construção de um sindicalismo classista e de luta, na perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sucesso para todos nós



A Direção da CNTE



Do trabalho, dos companheiros e da poesia

Este texto já tem uma história.

Por alguns dias, debruçado sobre livros e sobre leituras acumuladas nos últimos anos, aceitei o convite (também um desafio) para escrever sobre a história do movimento sindical.

Um desafio que se agigantou por saber que escrevia para colegas de profissão, para os(as) professores(as), os vigias, as merendeiras, os(as) secretários(as), enfim, para os(as) profissionais da educação do Brasil.

O fiz, no entanto, em companhia de colegas - **Jarbas Goettert** e **Marcelino Andrade Gonçalves** - e intelectuais que se dedicaram, mais e por maior tempo, sobre o assunto ou questões correlatas. A filósofa Marilena Chauí, os sociólogos Ricardo Antunes e Alain Bihr e o historiador Edgar de Decca, por exemplo, participam intensamente deste texto. **É importante dizer, portanto, que este texto foi escrito a partir de amplas e variadas fontes bibliográficas.** Por isso, as questões, aqui levantadas, devem ser entendidas como iniciais e bastante gerais.

O aprofundamento, de cada uma delas, será possível mediante os textos apresentados nas referências bibliográficas e em outras fontes.

O historiador inglês Eric J. Hobsbawm escreveu, em *Era dos Extremos*, que o **historiador tem como ofício lembrar o que outros esqueceram. Estenderia esse ofício a todos aqueles que se empenham na contestação ao status quo capitalista.**

Contestação que fez Marcelo Masagão, magnificamente, no filme *Nós que Aqui Estamos por Vós Esperamos*. Numa breve memória do século XX, o cineasta transitou entre os vivos e os mortos, entre os terrores e os desejos, entre as mulheres e os homens. Fez (re)memorizar, entre histórias de pessoas comuns e de “grandes homens”, um século XX que não terminou bem. Segundo Hobsbawm, terminou com a incerteza.

Sabemos que o futuro nunca esteve tão incerto...

Porém, poderá ser mais próximo daquilo que almejamos se considerarmos, seriamente, o significado da palavra construção.

A ação que constrói depende de cada um, e as gerações futuras saberão, com certeza, valorizar cada movimento dessa ação e desse fazer.

O poeta Celaya escreveu que “La poesía es un arma cargada de futuro”... Por isso, espero que este texto também desperte reflexões importantes para se pensar a atuação sindical

(uma arma carregada de futuro) de cada um de nós.

Atuamos de várias formas. Os poetas atuam com as palavras...

O poeta declina de toda responsabilidade na marcha do mundo capitalista e com suas palavras, intuições, símbolos e outras armas promete ajudar a destruí-lo como um pedreiro, uma floresta, um verme.

Carlos Drummond de Andrade
("Nosso tempo (...) VIII")

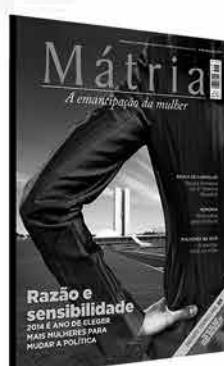
REVISTA Mátria



A revista **Mátria**

é uma publicação anual da CNTE que por meio de um caráter jornalístico visa uma dupla função: informativa e educativa. A cada edição procura aproximar a realidade de um público que não circula nos espaços de engajamento político; ao mesmo tempo em que mantem a vertente acadêmica tradicional, de modo a permitir que os dados factuais possam ser analisados à luz do pensamento feminista moderno.

www.cnte.org.br



A humanidade só tem a ganhar ao incluir a mulher, de modo igualitário, na vida social, familiar, política e sexual.

CAPÍTULO 1

História,
trabalhadores(as)
sujeitos histórico-sociais

Classe trabalhadora sujeito da história

É muito comum ouvirmos dizer, e às vezes nós mesmos repetimos, que “**um povo sem história é um povo sem futuro**”. Sabemos que todo povo tem história, mas, talvez, essa história não seja conhecida por todas as pessoas desse povo.

E mais, **talvez a história contada e escrita seja apenas de uma parte da sociedade**.

Quer dizer que a história depende, também, daqueles que a contam e escrevem? Sim. **A história que ouvimos e lemos depende, em muito, daqueles que tiveram, no passado e no presente, condições para contá-la e escrevê-la**. As condições para isso, também sabemos, são diferentes para cada pessoa e grupo de pessoas.

Alguém que nasceu em condições econômicas e sociais privilegiadas, que teve acesso às melhores escolas, que visitou e conheceu lugares diferentes em viagens de férias e que pode fazer uma faculdade sem precisar trabalhar, certamente adquiriu um conhecimento fabuloso sobre história. Já, alguém que nasceu em condições econômicas desfavoráveis, que estudou pouco porque teve que trabalhar para ajudar a família, que não fez faculdade e ainda trabalha de sol a sol, sem dúvida conhece pouco da história de seu lugar, de seu país e do mundo. Entre os dois, quem poderia melhor escrever sobre história? Todos, sem pensar muito, responderiam ser o primeiro.

Mas todos fazem história !

- ✓ O rico e o pobre, o branco e o negro,
- ✓ a mulher e o homem, o velho e a criança,
- ✓ o padeiro e o professor, a advogada e o mendigo,
- ✓ o prefeito e a prostituta.

Por que, então, a história parece esquecer da maioria e fala apenas dos reis, presidentes, heróis, prefeitos, governadores e descobridores

E, ao contrário, por que ouvimos tão pouco sobre a nossa história, dos pobres, dos trabalhadores e trabalhadoras



**A história é escrita por pessoas, por mulheres e homens.
A grande questão é que nem tudo
o que ocorreu na história é contado.**

Isso ocorre por causa de interesses daqueles que escrevem e daqueles que pagam para alguém escrever. E quem pode pagar para que alguém escreva? Aqueles que têm dinheiro.

A nossa sociedade é composta por pessoas com dinheiro e pessoas sem dinheiro. Umas e outras pertencem a classes sociais diferentes. As pessoas mais ricas querem que a sociedade continue como está, isto é, dividida entre ricos e pobres. Buscam, para isso, escrever uma história que fale, sobretudo, dos

feitos maravilhosos dos grandes homens, dos ricos.

Assim, a história que aprendemos aparece como uma linha no tempo em que mulheres e homens lutaram bravamente nas guerras, na conquista de territórios e em revoluções. Sempre, no início e no final, a participação de heróis é acentuada: Álvares Cabral, Tiradentes, Dom Pedro I, Princesa Isabel, Deodoro, Vargas, Geisel, Tancredo, Fernando Henrique, por exemplo.

É hora de acertarmos as contas com essa história. Não que ela seja falsa, mas...

...a história dos ricos apaga a história dos trabalhadores e trabalhadoras.

A história não contada é o silêncio que impede, muitas vezes, a comemoração (e comemorar é lembrar) das lutas populares:

- **DOS NEGROS E NEGRAS** contra a escravidão, contra o racismo, contra o preconceito e contra a discriminação;
- **DAS MULHERES** contra o machismo, contra a desigualdade entre os sexos, contra o assédio e a violência doméstica e sexual;
- **DOS ÍNDIOS** contra o genocídio, contra a perda de territórios e contra a destruição de seus rituais, de sua cultura;
- **DOS CAMPONESES** e camponesas contra a expulsão da terra, contra o latifúndio e pela reforma agrária;
- **DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS URBANOS**, em suas várias categorias, contra as extensas jornadas de trabalho, contra salários paupérrimos, contra políticas econômicas recessivas, contra o desemprego, contra os cortes e a diminuição de direitos coletivamente conquistados.

Essas são algumas das histórias que pouco são lembradas.

Mas, mesmo que um grande silêncio impere sobre as lutas populares, ainda é possível lembrar e recuperar essa história, quase não contada. **O poder de escrever a história e de reproduzi-la sempre esteve**



nas mãos das classes dominantes. Mesmo assim, muitas mulheres e homens trabalhadores e trabalhadoras ou solidários a eles, resistiram e construíram movimentos de contestação, de revolta, de resistência e de lutas frente à dominação, à exploração e ao silêncio de suas vozes. Vozes que, mesmo não sendo documentadas com o carimbo dos registros oficiais, chegaram, até nós, pela insistência de pessoas que a contaram de geração para geração, que “enganaram” a classe dominante com textos aparentemente ingênuos, mas portadores de altas doses de crítica. Também documentos oficiais escritos por governos, por exércitos, pela polícia, por cartórios e por instituições como a Igreja, dentre outros, ao elaborarem leis e punições, sensos, relatórios de crimes e de criminosos, de “arruaças” e “badernas”, de processos judiciais, de heresias, por exemplo, denunciam, para os olhos críticos de quem os lê, que nem tudo era aceito pela maioria da população.

Denunciam, nas entrelinhas, que:

muitas histórias “românticas”, que hoje lemos, se deram sob profunda dominação, exploração, violência, morte e repressão.

Todos já sabemos, por exemplo, que o grande “milagre econômico” da década de 70 do século XX, sob o regime ditatorial militar, deu-se sob uma das mais ferozes repres-

sões da história do Brasil. Ressaltamos, sobretudo, que os trabalhadores e trabalhadoras também lembram da história, ao contrário daquilo que os dominantes tentam afirmar.

Mas como lembramos



Pela história de cada um

Mas essa história é pessoal, particular e nada tem a ver com a história que é contada, diriam al-

guns. Já colocamos, anteriormente, que a história é feita por todos.

Esse fazer a história é um ato contínuo e cotidiano, que envolve nossas atividades práticas e nosso pensamento.

Ou será que deveríamos nos encontrar, em reuniões e assembleias, para decidirmos o tempo e o lugar em que faríamos a história para ser escrita para

nossos filhos, netos e bisnetos lerem? Não, a história não para aguardando decidirmos o que as novas gerações lerão.*

**A história é feita aqui e agora,
nesse instante, em qualquer lugar,
em todas as ocasiões.**



* Acerca deste assunto, a CNTE junto ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas Formação Humana da UFRJ, integrado pelo professor Gaudêncio Frigotto, desenvolve o projeto História em Movimento, que acompanha as atividades dos sindicatos afiliados à Confederação.

A história dos trabalhadores é a história de cada trabalhador e trabalhadora.

- É a história da roça, da migração para a cidade ou para outra terra.
- É a história da mãe de seis filhos que nunca entrou numa agência bancária até a morte do marido.
- É a história do marido pedreiro que fez a própria casa nos domingos e feriados.
- É a história das crianças que ajudavam a mãe na lavagem da roupa e na limpeza da casa.
- É a história do filho que nasceu “sem pai” e cresceu ouvindo que sua mãe era dona de zona.
- É a história nossa que crescemos acreditando que o trabalho traria melhores dias.
- É a história da professora que ouviu a aluna dizer que sua casa era um hotel e que, por falta de espaço no quarto, a mãe dormia na sala junto aos hóspedes.
- É a história dos movimentos sociais e populares, dos sindicatos, dos partidos e grupos de contestação.

É, enfim, a história de um profundo silêncio, que muitas vezes depositamos no mais profundo esquecimento, por vergonha ou por resignação.

Mas é a nossa história. E o silêncio sobre ela, por vezes, nos sufoca.

No entanto, as vozes ecoam nas ruas através das manifestações públicas, no 1º de maio, no 20 de novembro (Consciência Negra), no 8 de março, nas mobilizações de categorias de trabalhadores e trabalhadoras.

Ecoam as vozes nas periferias, por vezes desordenadas, na criminalidade, no tráfico, no clamor por justiça. **Ecoam vozes dos centros**, onde perambulam mulheres e homens de rua, excluídos do mercado de trabalho, mas incluídos na perversidade do modo de produção capitalista. **Ecoam vozes no campo**, dos posseiros e posseiras às margens das rodovias, dos

sem-terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e de centenas de outros movimentos em luta pela reforma agrária. **Ecoam vozes das penitenciárias e dos prostíbulos**. **Ecoam vozes das escolas e das universidades**.

“Vozes desordenadas”, como acentuou Edgar de Decca, em 1930, no livro *O Silêncio dos Vencidos*.

Mas que, de tão sufocadas, irrompem no silêncio.

E "a realidade cede e se revela. Ecos das vozes dos operários, estudantes, donas-de-casa, professores e muitos outros invadem na cena do social e nos oferecem a dimensão da diversidade da efetivação da própria história. São, na própria enunciação, demandas de poder, repercussões de lutas de uma sociedade que se institui e se revela ao mesmo tempo na sua divisão".¹

A história não é exterior a nós.

A história é produzida em discursos, leituras e interpretações.

A classe dominante – os ricos donos dos meios de produção, muitos deles os “nossos” governantes – **constrói, também, discursos dominantes que sufocam as vozes e os discursos de contestação**, de denúncia, de reivindicação e de protesto.

Por isso, é hora de deixar claro de onde se fala, de onde são produzidos os discursos. É hora de explicitar, no discurso, o lugar onde ele é produzido e articulá-lo

às práticas sociais que apostam numa transformação capaz de alterar os mecanismos da sociedade que produz esse próprio discurso.

Denunciar que os discursos não são neutros, mas carregados de interesses e, principalmente, que o **conhecimento produzido sobre a história a favor da classe dominante é apenas uma interpretação do passado**.

Temos que construir a nossa história!

Os trabalhadores e trabalhadoras, que de sol a sol constroem as casas, os prédios, as escolas, o papel para os livros, os carros etc, também podem e devem escrever a sua história. **Temos de arrancar das mãos dos ricos o privilégio de escrever sobre nós, por nós e contra nós.**

O conhecimento histórico não pode ser apenas privilégio dos sábios. Esse conhecimento, “produzido por **uma dada divisão social do trabalho, impõe a norma de que a história** como exteriorização da práxis social só

é acessível, enquanto conhecimento, ao intelectual”.²

A ideologia que reproduz o discurso que fala que os trabalhadores e trabalhadoras são o corpo sem cérebro da sociedade, e que os ricos e empresários nasceram para pensar, para empreender e para mandar, será apenas superada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras. A ideia de que a sociedade é harmoniosa e que “todos lutam pela nação”, ricos e pobres, tem por objetivo ocultar a divisão da sociedade em classes sociais, ocultar as diferenças e as contradições.³

¹ DECCA, 1992, p.31.

² DECCA, 1992, p.42.

³ Entendemos que é importante, atualmente, ampliar a noção de classe trabalhadora para além do operariado urbano. Por isso, de acordo com Ricardo Antunes, **pensamos na classe trabalhadora como classe-que-vive-do-trabalho, que inclui “todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário**, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, **part time** (tempo parcial), o novo proletariado dos Mac Donalds” (...) “os trabalhadores e trabalhadoras assalariados da chamada “economia informal”, além dos trabalhadores e trabalhadoras desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação produtiva do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural” (ANTUNES, 1999, pp. 103-104).

O silêncio e o ocultamento fazem parte da história contada pela classe dominante.

Marilena Chauí, discutindo o discurso que mascara a realidade, foi explícita:

*“o discurso ideológico se caracteriza, justamente, pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição. Portanto, através da ideologia é montado todo um imaginário e toda uma lógica de identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, escamotear a dominação, escamotear a presença do ponto de vista particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência de ser o ponto de vista universal. O discurso ideológico se sustenta, justamente, porque ele não pode dizer, até o fim, aquilo que pretende dizer. Se ele disser até o fim, se ele preencher todas as suas lacunas ele se autodestrói como ideologia”.*⁴

É preciso, portanto, dizer o **não dito**, resgatar o **encoberto**, dar voz aos trabalhadores e trabalhadoras.

Fazer com que as vozes dos trabalhadores e trabalhadoras irrompam sob o jugo dos ricos é acreditar que a penetração das vozes operárias e camponesas,

em seus sentidos mais amplos possíveis, o da **classe-que-vive-do-trabalho**, no discurso sobre a história, possa desvendar os caminhos pelos quais se efetivou a dominação de classes. Uma dominação que se produz, por vezes aberta, e, por vezes, sutilmente.

Uma dominação aliada à exploração e ao falseamento da realidade, às vezes difícil de ser percebida porque se processa diferentemente sobre os trabalhadores e trabalhadoras, que também apresentam diferenças no emaranhado de relações de produção do capitalismo.

E essas diferenças devem ser apontadas até para não corrermos o risco de definirmos como

iguais a multiplicidade de mulheres e homens que constroem as riquezas.

Mesmo pertencendo à mesma classe social, devemos ter a clareza que cada trabalhador e trabalhadora tem a SUA história, SUAS angústias, SEUS desejos, SEUS sonhos e incertezas.

⁴ In: DECCA, 1992, pp.46-47.

Dizer que não há diferenças seria negar a imensa diversidade que faz das mulheres e homens, trabalhadores e trabalhadoras, uma possibilidade histórica de avançarmos rumo às transformações almejadas pela maioria. Afirmar a diversidade é, fundamentalmente,

reconhecer em cada trabalhador e trabalhadora uma semente de futuro e, onde, cada um tenha voz e lugar de se fazer humano, desenvolvendo plenamente suas habilidades e potencialidades, participando desse futuro que não mais pode esperar.

E o futuro deve pautar-se no respeito às diferenças. Nunca no “respeito” à desigualdade.

Mas, se cada trabalhador e trabalhadora é único(a) e singular, sua manifestação de resistência, de reivindicação, de protesto e de construção de condições mais dignas de vida, como a própria história dos trabalhadores e trabalhadoras, é testemunha, é uma luta de todos(as). Portanto, de sujeitos isolados, os trabalhadores e trabalhadoras se constituíram em sujeitos coletivos, percebendo que muitos dos sonhos de cada um eram os sonhos da maioria.

Como acentuou **Eder Sader**, em *Quando novos personagens entram em cena*, é na identificação dos sujeitos que os agentes dos movimentos sociais expressam uma insistente preocupação na elaboração das identida-

des coletivas como forma do exercício de suas autonomias. Sujeitos associados a projetos, à autonomia, a partir da elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social de suas próprias experiências.

O mesmo autor ainda enfatiza que ao usar a noção de sujeito coletivo,

“é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades (...)”⁵

Isso significa dizer que os sujeitos estão, continuamente, se construindo, isto é, que **os trabalhadores e trabalhadoras elaboram suas identidades pessoais e sua identidade coletiva no movimento mesmo de luta em defesa de seus interesses.** (...) Mas, a história dos trabalhadores e trabalhadoras também evidencia que avanços e recuos fazem parte da trajetória de mulheres e homens que, mesmo no silêncio, teimaram e duvidaram que suas vidas, sub-humanas, deveriam ser, necessariamente, eternas.



⁵ SADER, 1988, p. 55.

Assim, mesmo com o forte poder ideológico, político e econômico dos capitalistas, trabalhadores e trabalhadoras de várias categorias demonstraram que a autonomia é possível.

Não uma autonomia absoluta, mas aquela em que os trabalhadores e trabalhadoras também se permitem pensar, ousar, dialogar, confrontar suas ideias e suas práticas, objetivando táticas e estratégias frente aos mandos e desmandos dos dominantes.

Esses trabalhadores e trabalhadoras tornam-se o **sujeito coletivo autônomo**.

Não aquele que estaria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade.

"Se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia, é pela dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado";⁶

a utopia; o lugar ainda inexistente, mas que pode ser construído.

É preciso realçar, sobretudo, que esse **sujeito coletivo autônomo** é construído social e historicamente, | ele se constrói onde as necessidades, anseios e medos se fazem mais presentes.

"Se pensarmos num sujeito coletivo, nós nos encontramos, em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das relações sociais, nas quais ele se constitui. Assim, se tomarmos um grupo de trabalhadores e trabalhadoras residentes numa determinada vila da periferia, poderemos identificar suas carências, tanto de bens materiais necessários à sua reprodução, quanto de ações e de símbolos através dos quais eles se reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade".⁶

A construção desse *sujeito coletivo* é material e simbólica

MATERIAL, porque os sujeitos coletivos (movimento de trabalhadores e trabalhadoras sem terra, de posseiros, de índios, de negros, de mulheres, de categorias profissionais – através dos sindicatos –, movi-

mentos de trabalhadores e trabalhadoras sem-teto, por exemplo) se fazem pela ação concreta, pelo enfrentamento **corpo a corpo** com o poder e seus representantes. Através de caminhadas nas ruas, ocupações de

⁶ SADER, 1988, p.56.

terra e ocupações do prédios públicos (extremamente significativo, pois o público ocupa o que pertence ao próprio público e, constantemente, é expulso por “desrespeito à coisa pública”).

E a construção dos sujeitos coletivos também é SIMBÓLICA, na construção de símbolos que sustentam os trabalhadores e trabalhadoras em contínua luta. O

símbolo da terra como um direito de todos; os símbolos resgatados no passado de mulheres e homens que fizeram de suas vidas expressões de consciência e ação pela igualdade, solidariedade e respeito às diferenças. São sujeitos que, como os **zumbis quilombolas** e os **antônios canudenses**, se fizeram símbolos da resistência e da construção de alternativas, frente às relações de exploração e dominação nas quais estavam submetidos.

E é esta história, especificamente do movimento sindical, que buscaremos resgatar enquanto símbolo e prática da luta maior de mulheres e homens, pela liberdade e igualdade plenas.

E esse resgate histórico é parte de uma ação e de um discurso que, também, revela o seu sujeito: dos sujeitos isolados a um sujeito coletivo.

Desse sujeito coletivo que construiu e continua construindo a sua identidade: a identidade

sindical erguida por aqueles que acreditaram, e acreditam, que o diálogo humano ainda é uma possibilidade, decorrente da superação de um fazer e de um falar hipócritas, porque parte do discurso dominante.

A superação do discurso histórico dos dominantes é parte significativa para a superação da pobreza humana, em todos os sentidos possíveis.

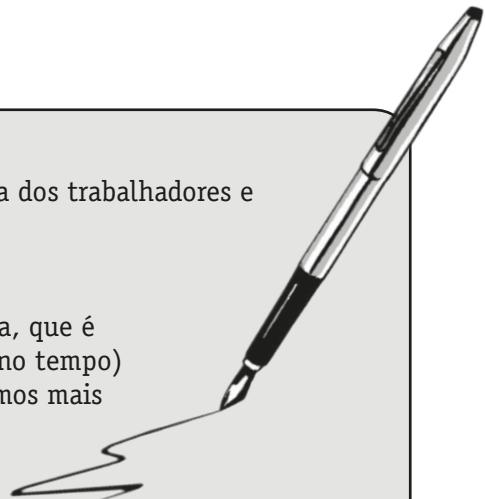
QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1

A história que aprendemos na escola é, verdadeiramente, a história dos trabalhadores e trabalhadoras? Por quê?

2

O poder para escrever a história (o que definimos por historiografia, que é história da história ou, se preferirmos, como a história foi escrita no tempo) é igual para todos? Por que nós, trabalhadores e trabalhadoras, temos mais dificuldades em escrever a história do que ricos?



REVISTA

RETRATOS DA ESCOLA

Disponível no site:
www.cnte.org.br



Periódico da área de educação,

Retratos da Escola é uma iniciativa da Esforce, destinada aos profissionais da educação, estudantes, pais, mães, docentes dos cursos de licenciatura e dirigentes de entidades sindicais da educação, assim como aos interessados na temática educacional, com o objetivo de produzir um ambiente mais propício à reflexão da realidade social e educativa.



CAPÍTULO 2

Resistir,
reivindicar

Resistir numa Sociedade de Classes

0 ponto de partida...

Já sabemos que a sociedade é dividida em classes sociais.

Essa característica é, constantemente, negligenciada pelos ricos, talvez, porque em nossa sociedade ocidental, “moderna” e “desenvolvida”, se aceita o discurso de que todos têm as mesmas condições para ascenderem socialmente. Ora, ouvimos frequentemente comentários que atribuem à preguiça, à vagabundagem, à incompetência e à indolência as causas do desemprego, do subemprego, do trabalho informal, da

desqualificação profissional etc.

Seria pedir demais, talvez, que os ricos explicassem por que o desemprego é importante para ganharem cada vez mais, com lucros sempre maiores. Responderiam, rapidamente, que desempregados não consomem ou consomem pouco e, não vendendo, não teriam lucro algum.

Mas, então...

Por que tantos desempregados ou subempregados



Responderiam muitos trabalhadores e trabalhadoras:

- **primeiro**, porque nem todos consomem ou será que teríamos carros suficientes para todas as famílias do mundo, se latino-americanos, africanos e asiáticos pobres tivessem o mesmo poder de consumo da classe média europeia ou norte-americana?
- **segundo**, porque o mundo capitalista atual é fortemente dispensador de mão de obra;
- **terceiro**, porque a renda mundial se concentra a cada ano em um número, cada vez menor, de empresas e de pessoas;
- **quarto**, e principalmente, porque os desempregados, ao contrário do que possa parecer, são importantíssimos para elevar os lucros dos capitalistas.

O raciocínio é simples:

**Quanto maior o número de desempregados,
menor a pressão dos trabalhadores
e trabalhadoras empregados sobre os patrões,
portanto, menores os salários pagos.**

“Quem não está satisfeito... que saia”

não é assim que dizem?

Mas sempre foi assim? Não. No capitalismo é assim. E isso não quer dizer que o capitalismo é melhor ou pior que outros modos de produção pretéritos. É que o capita-

lismo se caracteriza, primordialmente, por se constituir de duas classes sociais básicas: os capitalistas (burgueses) e os trabalhadores e trabalhadoras (proletários).

Os capitalistas são donos dos meios de produção:

**indústrias, empresas comerciais,
bancos, grandes empreiteiras e latifúndios.**

O proletariado, os trabalhadores e trabalhadoras, não possuem nada além da força de trabalho,

podendo vendê-la para os capitalistas. Isso não quer dizer que os trabalhadores e trabalhadoras não tenham casas, sítios e carros, por exemplo. Mas, neste

caso, os bens que possuem são importantes para possibilitar a sua própria reprodução e a de sua família, e não de capital explorando outra pessoa.

É bom salientar, no entanto, que a **divisão de classes já existia antes da sociedade burguesa**. O capitalismo, além de não romper com os antagonismos de classe, estabeleceu novas condições de opressão. A divisão de classes se acentuou no sentido de que a sociedade se dividiu naqueles que detêm os meios de produção, a burguesia, e naqueles que possuem apenas

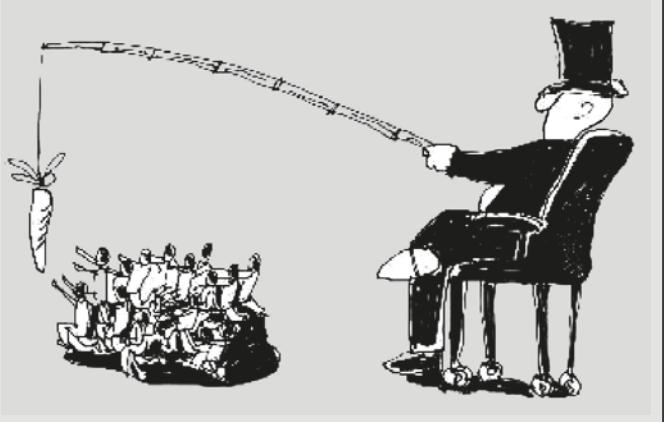
a força de trabalho – o proletariado.

O capitalismo produz um espaço sob a funcionalidade e o regramento da classe dominante, que impõe à sociedade a divisão de classes. A classe trabalhadora segue seus fundamentos sem se dar conta, muitas vezes, da desigualdade criada pela sociedade classista.

Assim:

"A existência da classe serve para confirmar a hegemonia da classe burguesa, impositora da cultura, costumes e da opressão da classe trabalhadora, produtora de mais-valia (mais-valia é o mais valor que o trabalhador produz e que fica para o patrão).

A classe trabalhadora subjugada é também alienada da sua existência como trabalhador, não se reconhecendo como trabalhador e não se vendo em outra categoria devido à divisão categorial e territorial dos sindicatos"⁷



POR UM LADO

a alienação impede que os trabalhadores e trabalhadoras se percebam na condição de dominados e explorados e, ao contrário, veem-se numa sociedade que lhes apresenta, aparentemente, plenas condições de ascensão social, com igualdade e liberdade para todos.

POR OUTRO LADO

os trabalhadores e trabalhadoras (ou parte deles) irrompem diante da subjugação de seus corpos e mentes pelos capitalistas, **organizando-se e denunciando as contradições da sociedade capitalista**.

Historicamente, a organização dos trabalhadores e trabalhadoras tem sido uma luta constante, em especial do movimento operário, desde o nascimento do capitalismo até os nossos dias.

⁷ Cf. BRUMATTI, 1999, p.18.

O movimento sindical foi, e é, um dos dinamizadores dos confrontos entre os trabalhadores e trabalhadoras e os capitalistas, entre o **TRABALHO** e o **CAPITAL**.

Sempre devemos lembrar que as formas de luta dos trabalhadores e trabalhadoras são extremamente tensas, pois:

a organização da empresa capitalista moderna, que se estende para todos os setores da sociedade

- fragmenta a produção industrial, induzindo a ideologia burguesa baseada na competição e concorrência entre os trabalhadores e trabalhadoras;
- cria várias categorias com qualificações e faixas salariais diferenciadas;
- além de toda uma estrutura repressiva, dentro das fábricas, visando a preservar a autoridade capitalista.

Todo movimento sindical sempre foi um movimento reivindicatório, do mais moderado ao mais radical.

As diferenças sempre se colocaram sobre o conteúdo das reivindicações, sobre o poder de negociação dos sindicatos e sobre projetos mais am-

plios, para além de uma luta específica, como, por exemplo, a construção de uma sociedade anarquista ou comunista.

PRIMEIRAS LUTAS OPERÁRIAS

Podemos definir a **INGLATERRA** como um dos primeiros países em que ocorreram manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras, frente à acentuada exploração do trabalho.

Mais especificamente, frente à disciplina e ao or-

denamento do corpo do trabalhador para adequá-lo ao tempo e ao espaço capitalistas, freneticamente impostos com a 1^a Revolução Industrial, a partir de meados do século XVIII. Lembramos que a Inglaterra foi o berço da 1^a Revolução Industrial.

As fábricas tomam o centro do mundo da produção e do mundo do trabalho. Elas ditam o tempo de homens e mulheres que passa a ser regulado não mais pelo nascer e pelo pôr do sol, mas também por uma máquina que carregamos, todos os dia e em todos em lugares.



O relógio é certamente o maior símbolo do controle do tempo pelo movimento mecânico, em detrimento do movimento humano. Mas são os trabalhadores e trabalhadoras que fabricam os relógios.

Sim, mas simbolicamente, representa o domínio do tempo pela máquina e, sobretudo, a regulação do tempo das mulheres e homens na produção de mercadorias. Damo-nos conta, a toda hora, que **tudo é trans-**

formado em mercadoria no capitalismo: um produto com apenas **valor-de-uso** é, rapidamente, convertido em mercadoria e transforma-se em produto com **valor-de-troca**, pronto para o consumo.

As pessoas e as coisas são magicamente tocadas pela “varinha” do Capital e atiradas ao mundo do negócio.

E a palavra negócio é emblemática: a negação do ócio, a negação do tempo livre. No limiar do capitalismo, principalmente industrial, as pessoas passaram a ser obrigadas a permanecer até dezoito horas confinadas em uma fábrica, em condições de trabalho, muitas vezes, insalubres e com salários bai-

xíssimos. Esse aspecto foi o primeiro “desencontro” entre os trabalhadores e trabalhadoras e os capitalistas. Isso porque o tempo de trabalho das pessoas, antes do capitalismo, era regido pela disposição de seus corpos e mesclado com momentos de festas nas tabernas, por exemplo.

Esse “desencontro” foi tão profundo que leis foram criadas punindo... “vagabundos” e “vadios”



O trabalho, principalmente no feudalismo, era visto como um fardo e dirigido só para os pobres e pecadores.

Tanto que a nobreza (reis, príncipes, duques, barões) nutria verdadeira ojeriza ao trabalho. Por isso, os servos, principalmente camponeses, trabalhavam o estritamente necessário para a produção de que necessitavam e a parte cabível ao senhor feudal.

Foi necessário que os burgueses – principalmente

comerciantes, que começaram a formar uma nova classe social, além de produzirem concretamente um novo modo de produção – construíssem **uma nova imagem do trabalho, não mais como um fardo, mas agora como o grande possibilitador da acumulação de bens, de riquezas e de ascensão social.**

PAUL LAFARGUE, genro de Karl Marx, em 1880, escreveu *Direito à Preguiça*, um libelo contra a idealização do trabalho como fonte de prazer e alegria.

*“Uma estranha loucura apossa-se das classes operárias das nações onde impera a civilização capitalista. Esta loucura tem como consequência as misérias individuais e sociais que, há dois séculos, torturam a triste humanidade. Esta loucura é o amor pelo trabalho, a paixão moribunda pelo trabalho, levada até o esgotamento das forças vitais do indivíduo e sua prole. Em vez de reagir contra essa aberração mental, os padres, economistas, moralistas sacro-santificaram o trabalho. Pessoas cegas e limitadas quiseram ser mais sábias que seu próprio Deus; pessoas fracas e desprezíveis quiseram reabilitar aquilo que seu próprio Deus havia amaldiçoado”.*⁸

... pois esse Deus trabalhou seis dias para descansar eternamente.

⁸ LAFARGUE, 2000, p.89.

Na *Introdução* desse mesmo livro, Marilena Chauí escreve que:

"O laço que ata preguiça e pecado é um nó invisível que prende imagens sociais de escárnio, condenação e medo. É assim que aparecem para os brasileiros brancos as figuras do índio preguiçoso e do negro indolente, construídas no final do século XIX, quando o capitalismo exigiu a abolição da escravatura e substituiu a mão de obra escrava pela do imigrante europeu, chamado trabalhador livre.

Curiosa expressão numa sociedade cristã que não desconhece a Bíblia nem ignora que o trabalho foi imposto aos humanos como servidão. É ainda a mesma imagem que aparece na construção, feita por Monteiro Lobato no início deste século, do Jeca Tatu, o caipira ocioso devorado pelos vermes enquanto a plantação é devorada pelas saúvas.

Nesse imaginário, 'a preguiça é a mãe de todos os vícios', e nele vêm inscrever-se, hoje, o nordestino preguiçoso, a criança de rua vadia (vadiagem sendo, aliás, o termo empregado para referir-se às prostitutas), o mendigo, 'o jovem, forte, saudável, que devia estar trabalhando em vez de vadear'. É ela, enfim, que força o trabalhador desempregado a sentir-se humilhado, culpado e um pária social".⁹

⁹ LAFARGUE, 2000, Introdução-Chauí



Tudo isso, para sublinhar que o “amor” pelo trabalho foi uma construção dos últimos cinco séculos e não uma constante na humanidade.

A construção da ideia de trabalho, que muito bem conhecemos e que, aliás, reproduzimos todos os dias, tem sua gênese, portanto, com o modo de produção

capitalista – produtor de mercadorias. Com ele foi separado, *em definitivo*, o tempo de trabalho e o tempo de lazer, como bem acentuou o Grupo *Krisis*:

“Nesta esfera separada da vida, o tempo deixa de ser tempo vivido e vivenciado; torna-se simples matéria-prima que precisa ser otimizada: ‘tempo é dinheiro’. Cada segundo é calculado, cada ida ao banheiro torna-se um transtorno, cada conversa é um crime contra o fim autonomizado da produção. Onde se trabalha, somente pode ser gasta energia abstrata. A vida se realiza em outro lugar, ou não se realiza, porque o ritmo do tempo de trabalho reina sobre tudo. As crianças já estão sendo domadas pelo relógio para terem um dia ‘capacidade de eficiência’. Férias, também, só servem para a reprodução da ‘força de trabalho’, e mesmo na hora da refeição, na festa e no amor o ponteiro dos segundos toca no fundo da cabeça”. (Krisis)

Assim, se atualmente temos severas críticas à imposição do tempo do trabalho sobre nossos corpos...

...no início do capitalismo o proletariado chegou a destruir e até a adiantar horas no relógio das fábricas, como manifestação de contestação.

Esse exemplo reflete um pouco do mundo europeu, com o advento das relações capitalistas de produção, em que um novo sistema de referências teve que ser construído. As ideias, símbolos, signos, imagens e representações, aliadas às novas práticas

de produção e consumo que se faziam necessárias para a dinamização da sociedade burguesa, sempre sofreram retaliações, sabotagens e contestações dos mais diversos segmentos de trabalhadores e trabalhadoras.

Inicialmente, as resistências dos trabalhadores e trabalhadoras eram isoladas.

Os trabalhadores e trabalhadoras das fábricas, nos séculos XVIII e XIX, estavam, ainda, se constituindo como classe que vende sua força de trabalho, participantes de um momento histórico de transição entre dois modos de produção: do feudalismo para o capitalismo.

Isso quer dizer que a classe trabalhadora, também, deve ser pensada a partir de sua própria construção enquanto classe, e não como algo que surgiu de uma hora para outra.

Essa construção se fez lenta e cotidianamente, à medida que os trabalhadores e trabalhadoras percebiam que a condição de precariedade de cada um era a condição da

maioria. Devemos, sempre, ter em mente **que os trabalhadores e trabalhadoras, mulheres e homens, mesmo submetidos a estafantes jornadas diárias de trabalho, também se reuniam** – em bairros de trabalhadores e trabalhadoras e tabernas, por exemplo –, conversavam, discutiam e passavam a conhecer os desejos, os prazeres, as angústias, os medos e os sofrimentos dos outros.

Das resistências, surgiam as reivindicações de toda ordem, como:

aumento de salários, não diminuição dos salários

redução da jornada de trabalho

estabilidade de emprego

direito de associação e de representação sindical

reivindicação de direitos sociais e políticos (que abarcam um conjunto bastante mais amplo das classes populares)

direito de greve etc.

Mas, praticamente, todas essas reivindicações centravam-se na defesa de melhores salários e melhoria das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, na não demissão e na redução de horas de trabalho.

Num desses momentos de resistência e de reivindicação, foi construído sob a forte opressão, violência e morte, da polícia e da “justiça” dos patrões-capitalis-

tas, um dos grandes símbolos da luta dos trabalhadores e trabalhadoras e do movimento sindical mundial: o 1º de maio.

O DIA DO TRABALHADOR

Universalmente celebrado pela classe-que-vive-do-trabalho em, praticamente, todo o mundo, tem sua origem na luta dos operários norte-americanos, no século XIX.

É conhecido como o Dia dos Mártires de Chicago pela redução da jornada de trabalho, em 1886.

“Depois de violenta repressão policial às greves, cinco operários foram condenados à morte e outros à prisão perpétua sob a falsa acusação de terem cometido um atentado. A partir de então, o 1º de Maio tornou-se um dia de luta de toda a classe operária.”^{9A}



^{9A} Cf. ANTUNES, 1982, p.27.

O historiador inglês Eric J. Hobsbawm, em seu livro *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*, salienta que:

0 1º de maio foi

"Uma conquista indiscutível realizada por um movimento secular sobre o calendário cristão ou qualquer outro calendário, um feriado estabelecido, não apenas em um ou dois países, mas oficialmente, no ano de 1990, em 107 países. Mais ainda, é uma data que foi estabelecida, não pelo poder de governos ou de conquistadores, mas por um movimento totalmente não-oficial de homens e mulheres pobres".¹⁰

Enfatiza, ainda, que nas primeiras comemorações do 1º de maio, na Europa, mas também em boa parte dos países onde passou a ser

comemorado-lembraido, o Dia do Trabalhador reunia um misto de manifestação política e festas populares.

"Na verdade, a ideia de uma festa ou feriado público dos trabalhadores surgiu também espontânea e quase imediatamente - sem dúvida ajudada pelo fato de, em alemão, a palavra feiern (feriado) poder significar tanto 'não trabalhar' quanto 'comemorar formalmente'. Em todo o caso, parecia lógico que, num dia em que as pessoas estavam fora do trabalho, os encontros e passeatas políticos da manhã fossem suplementados, mais tarde, por sociabilidade e diversão, ainda mais sendo tão importante para o movimento o papel das estalagens e dos restaurantes como locais de reunião. Em mais de um país, os taberneiros e os cabaretiers [os homens de cabarés] constituíam uma porção significativa dos ativistas socialistas".^{10B}

É interessante apontar que a "revolta contra os feriados só aparece quando a moderna burguesia industrial e comerciante toma corpo, entre os séculos XV e XVI. O protestantismo, que era a re-

ligião cristã acomodada às novas necessidades industriais e comerciais da burguesia, preocupou-se menos com o repouso do povo: destronou os santos do céu a fim de abolir, na Terra, seus festejos".^{10C}

Para pensar...

Isso não é uma provocação para colocar em "pé de guerra" católicos, protestantes, pentecostais, neopentecostais, judeus, islâmicos, budistas, umbandistas ou qualquer crente religioso frente ao número de feriados que ainda hoje existe. Buscamos demonstrar, apenas, que os feriados – destituídos ou cons-

truídos - também fazem parte da rede de relações sociais e que, por isso, devem ser compreendidos no emaranhado jogo de poder, de dominação e de exploração, mas também de resistência, contestação e luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

Sobretudo, se o 1º de maio passou a ser nada mais

¹⁰ HOBSBAWM, 1999, p.1150.

^{10B} LAFARGUE, 2000, p.89.

^{10C} LAFARGUE, 2000, p.89.

do que um mero feriado, um dia em que não é necessário tomar determinado tranquilizante, porque não se precisa ir trabalhar, ainda assim continua a ser um feriado de tipo especial. Já não pode não ser, como diz a frase pretensiosa, “um feriado fora dos calendários”, pois na Europa entrou em todos os calendários.

Na verdade, é considerado um dia sem trabalho de maneira mais universal do que qualquer outro, com ex-

ceção do 25 de dezembro e do 1º de janeiro, tendo deixado muito para trás todos os demais rivais religiosos. Mas, ele veio de baixo. Foi moldado por pessoas trabalhadoras anônimas que, por meio dele, reconheceram-se, por sobre as fronteiras da ocupação, língua, até mesmo de nacionalidade, como uma só classe, ao decidir, uma vez por ano, deliberadamente, não trabalhar: zombar da compulsão moral, política e econômica para o trabalho.

Como disse Victor Adler, em 1893:

“Este é o sentido do feriado de maio, do descanso do trabalho, que nossos adversários temem. É isto que eles sentem que é revolucionário”.^{10D}

Enfim, diante das ideias criadas pela burguesia para a “aceitação” dos trabalhadores e trabalhadoras das relações capitalistas, como a regulação do tempo para o trabalho ou a construção da ideia de trabalho

como condição para a ascensão social, a conquista do 1º de maio, dentre outras, é importante para demonstrar que as imposições capitalistas sempre foram contestadas pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Às vezes, de forma mais branda, outras vezes, mais radicais, os trabalhadores e trabalhadoras procuraram, incessantemente, a resistência e a reivindicação como armas frente à exploração, dominação e espoliação capitalistas.

O SINDICALISMO

O sindicato foi um dos instrumentos construídos pelos trabalhadores e trabalhadoras

para resistir e reivindicar, podendo ser definido como:

*“Ação coletiva para proteger e melhorar o próprio nível de vida, por parte de indivíduos que vendem a sua força-trabalho”.*¹¹

^{10D} HOBSBAWM, 1999, p.115.

¹¹ Allen, in: BOBBIO & PASQUINO, 1994, p.150.

O sindicalismo

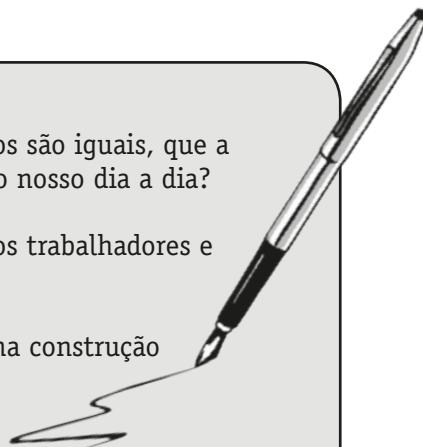
- Nasce como reação à situação dos trabalhadores e trabalhadoras na indústria capitalista, mas, também, constitui uma força transformadora de toda a sociedade.
- Traduz-se em organizações que gradualmente se submetem às regras de uma determinada sociedade, mas é sustentado por fins que transcendem as próprias organizações e que, frequentemente, entram em choque com elas.
- Gera e alimenta o conflito dentro e fora da empresa, mas canaliza a participação social e política de grandes massas, contribuindo para integrá-las na sociedade.



**Como isso se deu na história,
é o que veremos nos próximos capítulos.**

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 É possível perceber, mesmo que a ideologia dominante enfatize que todos são iguais, que a sociedade é dividida em classes sociais? Como isso pode ser percebido no nosso dia a dia?
- 2 Como e por que a imposição do tempo de trabalho foi construída sobre os trabalhadores e trabalhadoras?
- 3 A ideia do trabalho como uma condição para a dignidade humana foi uma construção da classe burguesa. Por que houve a necessidade dessa construção?
- 4 É possível pensar em novas concepções e práticas de trabalho que realmente dignifiquem o trabalhador e a trabalhadora? Qual poderia ser nossa atuação para que o trabalho seja, realmente, um ato mais prazeroso e não uma imposição?
- 5 Como trabalhadores e trabalhadoras isolados, no início do capitalismo, começaram a se perceber como classe social? Como nós, em nossas histórias individuais, passamos a perceber as semelhanças das condições de vida entre os trabalhadores e trabalhadoras, reconhecendo-nos como classe ou não?
- 6 Como surgiu o 1º de maio? O que esse feriado significa para nós, ainda hoje? Fazemos dele, de fato, um dia especial para nós, classe trabalhadora?



CAPÍTULO 3

O sindicalismo europeu

Os sindicatos nasceram na Europa

Em meados do século XVIII, a sociedade capitalista se expandiu em condições favoráveis. O desenvolvimento das MÁQUINAS conso-

lida o capitalismo que ingressava na sua fase industrial, substituindo a produção artesanal e manufatureira.

A introdução do maquinismo, agora importante para os fabricantes capitalistas na busca de maiores lucros, deixou um grande número de operários sem trabalho.

Esse excedente de mão de obra, ao contrário do que muitos imaginam, fortaleceu e ainda fortalece o capitalismo. Pois os salários poderiam ser reduzidos na medida em que outros trabalhadores e trabalhadoras, sem emprego, estavam dispostos a trabalhar por remuneração menor.

Nesse momento, principalmente na Europa e especificamente na Inglaterra, a sociedade capitalista se constituía de duas classes sociais fundamentais e antagônicas: os capitalistas (burgueses), que detêm e são donos

dos meios de produção – como as fábricas, as máquinas e as matérias-primas – e os proletários (trabalhadores e trabalhadoras), a maioria da população, que só possui a força de trabalho e não detém nenhum meio de produção.

Isso quer dizer que, se uma classe trabalha, a outra se apropria de seus resultados e da produção.

A venda da força de trabalho dos proletários para os capitalistas se dá a partir do pagamento de salário que, ao ser rebaixado, passa a ser apenas o suficiente para a reprodução do(a) trabalhador(a), forçando-o a trabalhar cada vez mais.

O proletário vê, ainda, sua mulher e filhos, muitas vezes em idade precoce, ingressarem no mercado de trabalho em condições desumanas.

Lembremos que há dois séculos os trabalhadores

e trabalhadoras não tinham os inúmeros direitos trabalhistas que hoje possuímos.

O número de trabalhadores e trabalhadoras nas cidades crescia cada vez mais. Se por um lado, a grande quantidade de trabalhadores e trabalhadoras podia representar a força que possuíam, por outro, a tendência à dispersão se acentuava se não houvesse união entre a classe. Ao contrário, os capitalistas tinham poder pela sua organização e coesão.

“Foi necessário, para os trabalhadores e trabalhadoras, a organização no sentido de disporem de meios de resistência contra a pressão pela baixa de salários.”¹²

Foi assim... que nasceram os sindicatos

Sua primeira finalidade foi impedir que os níveis salariais se colocassem abaixo do nível necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador, da trabalhadora e de sua família.

A formação dos sindicatos impedia, ou ao menos

diminuía, a relação e o trato isolado do patrão com cada trabalhador, que constantemente levava a pressões enormes e personalizadas sobre os últimos. O sindicato representava a formação de uma condição de certa igualdade frente aos patrões.

Assim, a primeira função dos sindicatos foi impedir que o operário se visse obrigado a aceitar um salário inferior ao mínimo indispensável para o seu sustento e de sua família.

“Os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução das máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer.”¹³

¹² Cf. ANTUNES, 1982.

¹³ ANTUNES, 1982, p. 13.



Podemos afirmar que o Sindicalismo, em quase todos os países ocidentais, teve uma dupla origem:

"de solidariedade e defesa de um lado, de revolta contra o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa de outro lado".¹⁴

Os sindicatos passaram a atuar, de imediato, baseando-se nas lutas cotidianas da classe operária.

Reuniam os trabalhadores e trabalhadoras evitando o isolamento e o confronto individual frente ao capitalismo.

Isso dificultou para o capitalista:

- baixar o salário, arbitrária e desmesuradamente;
- aumentar a jornada de trabalho excessivamente.

¹⁴ BOBBIO & PASQUINO, 1994, p.1152.

Portanto, os...

... "sindicatos representaram, nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe".¹⁵

Devemos relembrar um aspecto que já acentuamos no capítulo anterior: a classe trabalhadora deve ser entendida a partir de seu movimento de formação e não como algo que surgiu de uma hora para outra.

Uma construção que se fez lenta e no cotidiano das mulheres e homens da **classe-que-vive-do-trabalho**, na medida em que percebiam que a condição de precariedade de cada um era a condição da maioria.

A Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, passou por um profundo processo de desenvolvimento econômico.

O **SURGIMENTO DO VAPOR** e das máquinas transformou as manufaturas em grandes indústrias modernas.

Com isso, foram criadas as bases da sociedade capitalista com a produção em larga escala. A divisão entre os capitalistas e trabalhadores e trabalhadoras se tornava cada vez mais acentuada, mesmo que existissem também pequenos comerciantes e artesãos, por exemplo.

A **SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO** se acentuava e os operários tinham uma carga horária de até 18 horas diárias, além do trabalho de mulheres e crianças. Também eram precários os locais de residência dos trabalhadores e trabalhadoras, sem as condições mínimas de vida e habitação.

Para termos uma ideia das condições de vida na Europa no século XIX, destacamos uma passagem do livro de Maria Stella M. Bresciani, *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*.

"Milhares de pessoas deslocando-se para o desempenho do ato cotidiano da vida nas grandes cidades compõem um espetáculo que, na época, incitou ao fascínio e ao terror. Gestos automáticos e reações instintivas em obediência a um poder invisível modelam o fervilhante desfile de homens e mulheres e conferem à paisagem urbana uma imagem frequentemente associada às ideias de caos, de turbilhão, de ondas, metáforas inspiradas nas forças incontroláveis da natureza. Figuras fugidias, indecifráveis para além de sua forma exterior, só se deixam surpreender por um momento no cruzar de olhares que dificilmente voltarão a se encontrar".

¹⁵ ANTUNES, 1982, p.14.

Essa passagem demonstra o “caos” e o “turbilhão” em que se encontravam os trabalhadores e trabalhadoras no século XIX. Esse “mergulho” nas ruas de Londres e Paris realça as condições precárias em que viviam e trabalhavam as mulheres e os homens, no início da produção fabril (nas fábricas). Com a introdução das máquinas, houve o aumento do desemprego e a acentuação das precárias condições de existência. Para os trabalhadores e

trabalhadoras, também, surgiu certo sentimento de impotência, frente aos novos meios de produção, frente às máquinas: um sentimento de perda de “parcela dos atributos humanos”, em que as pessoas assemelhavam-se “a espectros”¹⁶, a sombras.

A recorrência, cada vez mais intensa, ao uso das máquinas pelos capitalistas, que procuravam auferir cada vez mais lucros, levou ao desemprego um grande contingente de mão de obra.

Por isso, as primeiras manifestações de revolta dos operários visaram à destruição das máquinas.

Essa destruição, porém, ocorria em situações isoladas e não conseguia conter o poder dos capitalistas. Mais

do que isso, a sociedade começou a condenar os operários por considerar a destruição um gesto de brutalidade¹⁷.

Este tipo de luta inicial foi chamada de ludismo

LUDISMO:

Não é demais insistir sobre as manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras frente às máquinas. O nome, ludismo, deriva de Ned Ludd e foi sugerido em 1779 quando este operário inglês do Leicestershire quebrou máquinas que economizavam mão de obra.

mas...

Formas mais eficientes de luta eram necessárias.

Devemos considerar, sobre isso, que a quebra de máquinas fazia parte, como apontou Hobsbawm, de uma prática já existente:

... “tradicional e rotineiramente, do conflito industrial no período do sistema doméstico de fabricação, e nas primeiras fases das fábricas e das minas. Não era dirigido apenas contra as máquinas, mas também contra as matérias-primas, produtos acabados, ou mesmo a propriedade privada dos empregadores, dependendo do tipo de danos a que estes eram mais sensíveis”¹⁸

¹⁶ Cf. BRESCIANI, 1984.

¹⁷ Cf. ANTUNES, 1982.

¹⁸ HOBSBAWM, 1999, p. 17.

O mesmo autor ressalta que em nenhum destes casos:

"a questão era de hostilidade às máquinas como tais. A destruição era simplesmente uma técnica sindicalista no período anterior e durante as primeiras fases da revolução industrial".

Por isso, ao mesmo tempo em que era um meio de fazer pressão nos empregadores, também garantia a solidariedade essencial dos trabalhadores e trabalhadoras.

"O hábito da solidariedade, que é o fundamento do sindicalismo eficaz, leva tempo para ser aprendido - mesmo onde, como nas minas de carvão - ele é sugerido naturalmente".¹⁹

Além disso, entre homens e mulheres mal pagos, sem fundos de greve, o perigo de furadores

de greves era sempre acentuado. Segundo Rinaldo Rigola:

"As greves esclarecidas, ordeiras e burocráticas eram impossíveis. Os trabalhadores só podiam lutar por meio de demonstrações, gritaria, incitação e vaias, intimidação e violência. O luddismo [ou ludismo] e a sabotagem, embora não elevados à categoria de doutrinas, tinham apesar de tudo de fazer parte dos métodos de luta".²⁰

Consideramos com isso que o ludismo representou um importante momento na organização dos trabalhadores e trabalhadoras ingleses (mesmo que, ainda hoje, muitos pensem que a introdução de máquinas nas empresas, principalmente os computadores e os robôs, é a responsável pelo, cada vez mais,

elevado número de desempregados). Portanto, julgar negativamente os trabalhadores e trabalhadoras que destruíam as máquinas, por verem nelas a culpabilidade pelo desemprego e pelos baixos salários, é uma atitude que despreza o contexto dessas manifestações. Ao contrário:

A destruição das máquinas, além de sedimentar uma consciência de solidariedade expressiva, também refletiu na organização do movimento sindical posterior.

¹⁹ HOBSBAWM, 1999, pp. 19-20.

²⁰ In: HOBSBAWM, 1999, p. 21.

Em 1824, o parlamento inglês votou a lei de livre associação. Até então restrita à classe dominante.

Isso não quer dizer que os sindicatos tenham surgido a partir dessa lei. Ao contrário, as associações sindicais já existiam na Inglaterra desde o século XVIII, mas eram violentamente reprimidas no desempenho de suas atividades, dificultando a organização operária. A aprovação da lei, no entanto, não deve ser consi-

derada uma concessão dos capitalistas, que, fazendo uso da caridade e da benevolência, garantiram o direito à associação aos trabalhadores e trabalhadoras. Muito além disso, esse direito foi uma conquista dos trabalhadores e trabalhadoras ingleses a partir de lutas, nem sempre pacíficas.

Os direitos foram e são o resultado de avanços e recuos que fazem com que, em certos momentos, a burguesia se veja forçada a atender as reivindicações devido à forte e organizada pressão do movimento sindical.

Essa conquista dos trabalhadores e trabalhadoras ingleses fez com que as uniões sindicais (em inglês *trade-unions*) se desenvolvessem por toda a Inglaterra, com um poder bastante acentuado.

As uniões sindicais passaram a fixar os salários para toda a categoria, além de regulamentar o salário em função do lucro, o que possibilitou aumentos que acompanhavam a produtividade industrial.

Quando a negociação dos salários entre os trabalhadores e trabalhadoras e capitalistas não era aceita pelos patrões, a classe operária decidia entrar em GREVE.

Para impedir que os operários voltassem ao trabalho, enfraquecendo os movimentos grevistas, as uniões sindicais auxiliavam financeiramente os operários em greve ou desempregados, através de “CAIXAS DE RESISTÊNCIA”, aumentando em muito a capacidade de luta da classe operária. Isso transformava a diminuição de salários e o aumento de horas de trabalho em grandes riscos para os capitalistas.

Para avançar a luta, em 1830...

foi constituída uma associação geral de operários ingleses, a “Associação Nacional para a Proteção do Trabalho”, com o objetivo de atuar como **CENTRAL** de todos os sindicatos. Reunia operários têxteis, mecânicos, fundidores, mineiros etc.



À frente desse movimento, encontrava-se o operariado fabril, que também já se preocupava com a informação dos trabalhadores e trabalhadoras, lançando o periódico *A Voz do Povo*.²¹

A publicação desse periódico expressava a necessidade que tinham as uniões sindicais de informarem e formarem os trabalhadores e trabalhadoras, demonstrando, já naquele momento, que a participação passava pela socialização das informações, negociações e ideias.

Mas, os capitalistas estavam em busca de mais lucros e as manobras, golpes, pressões, ameaças e constrangimentos eram frequentes.

Desde o surgimento das associações sindicais, os patrões, através de ameaças e até de demissões, pressionavam e obrigavam os operários

a renunciar da participação da vida sindical.

Isso fez com que várias associações sindicais fossem posteriormente extintas, demonstrando que a luta dos trabalhadores e trabalhadoras na organização dos sindicatos foi intensamente difícil.

²¹ Cf. ANTUNES, 1982.

Assim,

"Se a história destas Associações trade-unions é caracterizada por momentos de vitórias e de derrotas, é inegável que elas constituíram a primeira tentativa efetiva de organização dos trabalhadores e trabalhadoras, na luta contra os capitalistas. Ao conseguirem abater a concorrência existente entre os operários, unindo-se e tornando-se solidários em sua luta, ao se utilizarem das greves, como a principal arma contra os capitalistas, os operários conseguiram dar os primeiros passos na luta pela emancipação de toda a classe operária".²²

Essas breves considerações sobre a origem da organização dos trabalhadores e trabalhadoras sob o capitalismo, do surgimento dos sindicatos e o contexto histórico-social dos trabalhadores e trabalhadoras europeus e, principalmente, ingleses, ressaltam a necessidade de compreendermos que as relações capitalistas de produção engendraram-se no seio da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que despertavam a resistência e a contestação.

Os aspectos concernentes à conquista dos direitos e à constante introdução tecnológica na produção denunciam que, desde a origem do modo de produção capitalista, os trabalhadores e trabalhadoras se veem na necessidade de organização e discussão permanentes.

Tanto no sentido de ampliar e assegurar os direitos conquistados quanto no sentido de sublinhar questões, extremamente complexas, como os aumentos constantes das taxas de desemprego.²²

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1** Por que houve a necessidade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras? Nessa direção, em que contexto surgem os sindicatos?
- 2** É possível traçar um paralelo entre as condições de vida em Paris e Londres, no século XIX, e as nossas condições atuais? Como?
- 3** O ludismo foi um movimento em que os trabalhadores e trabalhadoras destruíam as máquinas por considerá-las responsáveis pelo desemprego. Hoje, ainda pensamos assim? A luta dos trabalhadores e trabalhadoras dever ser contra a intensificação da tecnologia na produção? Quais podem ser as saídas?
- 4** Como é possível pensar a tecnologia a favor dos trabalhadores e trabalhadoras?
- 5** Os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras são concessões dos patrões e do Estado ou conquistas, lentas e difíceis, da organização dos trabalhadores e trabalhadoras? Por quê?

²² ANTUNES, 1982, p. 21.

CAPÍTULO 4

Algumas concepções do movimento sindical

Várias visões sindicais

O capitalismo e o sindicalismo não se restrin-
giram à Inglaterra. O desenvolvimento industrial,
no século XIX, dava-se na França, na Alemanha,
nos Estados Unidos da América e em outros países,
fazendo emergir um proletariado, cada vez mais

forte, quantitativa e qualitativamente, e fazendo
com que o movimento sindical se expandisse.

Os contatos entre os operários, tanto dos paí-
ses industriais avançados quanto dos países pouco
industrializados, aumentavam.

**Em 1866, foi realizado
o congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores
que reuniu representantes operários de vários países.**

No Congresso, foi reafirmada a importância dos sindicatos,
definida como uma das tarefas primordiais do proletariado. Assim:

*"O proletariado iniciou um processo de luta, desencadeando des-
de reivindicações puramente econômicas até movimentos propriamente
políticos, como o Cartismo na Inglaterra, as Revoluções de 1848 em
França e a célebre Comuna de Paris de 1871. Em todos estes eventos a
participação da classe operária foi decisiva".²³*

No entanto, a tendência das uniões sindicais
inglesas, o *trade-unionismo*, que aspirava reivindi-
cações predominantemente econômicas, já não era
a única tendência. E, apresentar outras concepções

do movimento sindical, construídas nos séculos
XIX e XX, parece-nos importante para melhor com-
preendermos, posteriormente, o movimento sindi-
cal no Brasil.

CONCEPÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Emergindo em países como a França e a
Itália, a concepção "revolucionária" foi a precur-
sora do Anarquismo. Autointitulando-se "revolu-

cionária", enfatizava que a sociedade capitalista
não se transformaria através de reformas, acre-
ditando que...

**somente a greve geral
levaria à transformação da sociedade.**

²³ ANTUNES, 1982, p. 22.

Seus principais teóricos foram o francês **GEORGES SOREL** e o italiano **ARTURO LABRIOLA**

em síntese...

*“...acreditavam que a prática da luta exclusivamente econômica, através da ação direta nas fábricas e da deflagração da greve geral, constituía-se na única forma de ação efetivamente revolucionária da classe operária. Dizia Sorel que a ação direta violenta e a greve geral, levando ao conflito as distintas classes sociais, acarretariam uma possível vitória dos operários, devido à justiça de sua causa, a sua maioria numérica e a sua superioridade física, esquecendo-se que a isto os patrões contrapõem toda a violência da força militar e repressiva do Estado capitalista. Sorel ainda rechaçava de antemão a necessidade de luta política, inclusive aquela efetuada no parlamento, e negava qualquer forma de organização partidária, entendida sempre como sendo utópica e reacionária”.*²⁴

CONCEPÇÃO ANARQUISTA

Esta visão nasceu em meados do século XIX e teve participação ativa nos primeiros acontecimentos da classe operária, seja na Europa,

seja nos Estados Unidos. Os anarquistas tinham uma semelhança com os sindicalistas “revolucionários”.

O anarquismo negava, veementemente, a luta política e enfatizava a importância e a exclusividade dos sindicatos no processo de emancipação da sociedade.

Para dialogar com a sociedade onde a campanha contra a visão anarquista era muito intensa, os anarquistas sempre preferiram a designação de libertários.

Com isso queriam destacar sua visão radicalmente antiautoritária, **contra qualquer “patrão, senhor, chefe supremo”**.

Seu símbolo é, até nossos dias, a letra A... inicial de ANARQUIA.



²⁴ Cf. ANTUNES, 1982.

Para Bakunin, um de seus teóricos:

"Os sindicatos, além de 'organização natural das massas', seriam o 'único instrumento de guerra verdadeiramente eficaz' na construção da sociedade anarquista baseada na autogestão e na negação de qualquer forma de administração estatal. Proudhon, Kropotkin e Malatesta foram outros teóricos desta concepção libertária. Embora comportando algumas tendências distintas, o anarquismo enfatizava o papel do sindicato não só como órgão de luta, mas também como núcleo básico da sociedade anarquista. A concepção anarquista propagou-se nos países europeus de menor desenvolvimento capitalista e, consequentemente, de menor concentração industrial, onde predominavam as pequenas indústrias como na Espanha, França, Itália, Portugal, e penetrou também na maioria dos países latino-americanos".²⁵

CONCEPÇÃO REFORMISTA

A concepção reformista teve suas bases no **TRADE-UNIONISMO INGLÊS**, e se opõe à atuação revolucionária dos sindicatos. Na visão reformista os sindicatos não devem pregar ou praticar uma luta que vise transformação revolucionária da sociedade.

"Sem negar o princípio de que os sindicatos constituem um meio de luta a fim de obter reivindicações justas, os reformistas pretendem uma simples melhora da situação dos trabalhadores e trabalhadoras dentro do sistema capitalista. O maior exemplo dentro desta corrente é o sindicalismo norte-americano. Na herança dos trade-unions, o sindicalismo norte-americano pauta sua atuação no terreno estritamente economicista e reivindicatório, nunca abalando, mas sim se ajustando ao sistema capitalista. Sua recusa a um 'sindicalismo político' é violenta e data desde a criação da Federação Americana do Trabalho (AFL) em fins do século XIX, quando a luta operária grevista atingiu ampla repercussão (mais de cinco mil greves em 1886), objetivando conquistar a jornada de oito horas".²⁶

²⁵ ANTUNES, 1982, pp. 24-25.

²⁶ ANTUNES, 1992, p.16.

Mesmo com as mudanças das lutas do fim do século XIX, a AFL pratica, até hoje:

"um sindicalismo que nega a luta de classes e que se limita a uma estreita defesa dos interesses econômicos. O movimento sindical norte-americano, neste seu apoliticismo, expressa uma ideologia conservadora e adequada aos interesses do capitalismo e, apesar de ter sua estrutura sindical totalmente independente do Estado, não consegue exercer uma atuação autônoma, uma vez que sua prática sindical encontra-se totalmente subordinada à ideologia capitalista dominante, da qual objetiva extraír algumas melhorias para o operário norte-americano".²⁷

CONCEPÇÃO CRISTÃ

A concepção cristã não rompe com a concepção reformista. Baseando-se, em sua origem, na encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XII, essa tendência propõe uma ampla colaboração social e reconhece a legitimidade das organizações sindicais, sem implicar transformações radicais no regi-

me capitalista da propriedade privada.

"A concepção cristã atribui ao capitalismo a necessidade de desenvolver sua função social, tornando-o um sistema justo e equitativo". A Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, criada no Congresso de Haia em 1920, afirmou que:

"A vida econômica e social implica a colaboração de todos os filhos de um mesmo povo. Rejeita, portanto, a violência e a luta de classes, quer do lado patronal, quer do lado operário".²⁷

CONCEPÇÃO CORPORATIVISTA

A concepção corporativista teve sua origem nas primeiras décadas do século XX, durante a vigência do fascismo na Itália.

"Seu aparecimento só foi possível através da violenta repressão ao movimento sindical e operário antifascista, acabando com as verdadeiras lideranças operárias, além de uma prática de intensa manipulação das massas populares. Em 1927, Mussolini decretou a Carta Del Lavoro, que organizou os sindicatos italianos nos moldes corporativistas: as corporações tornaram-se subordinadas e dependentes do Estado fascista. Expressava a política da paz social, da colaboração entre as classes, conciliando o trabalho ao capital, negando, violentamente, a existência da luta de classes, com o nítido objetivo de garantir a acumulação capitalista, em larga escala, e com um alto grau de exploração da classe operária".²⁷

²⁷ Cf. ANTUNES, 1982.

Nos sindicatos fascistas, participavam patrões e operários, capitalistas e proletários, procurando fundamentar e implementar a ideologia corporativista. “É importante ressaltar que o corporativismo somente se organizou depois que os tra-

balhadores e trabalhadoras foram privados de qualquer representação, quando foram destruídos todos os partidos políticos da classe operária, liquidada a liberdade sindical, liberdade de reunião e demais liberdades”.²⁸

CONCEPÇÃO COMUNISTA OU SOCIALISTA

A concepção comunista se instaurou nos sindicatos e buscou ampliar, radicalmente, a sua atuação “economicista” visando o próprio fim do sistema capitalista. Aproveita os vislumbres de

consciência política que a atuação econômica introduzia no operariado, elevando esta consciência ao nível de uma consciência verdadeiramente revolucionária.

A principal experiência engendrada pelo sindicalismo de concepção comunista foi na Rússia.

Com o **czarismo** (governo de czares, imperadores) fase imperial anterior à Revolução Socialista em 1917, os sindicatos que surgiram nos fins do século XIX foram locais de organização fundamentais para o avanço da classe operária. Em São Petersburgo, por exemplo, o movimento sindical foi muito ativo, sendo, justamente, daí que nasceu a Revolução de Fevereiro,

que antecipou a Revolução de Outubro”.

Assim, com a tomada do poder pelos trabalhadores e trabalhadoras, o sindicato deveria tornar-se uma organização educadora da massa operária, uma organização que dá instrução, uma escola de governo, uma escola de administração, enfim, uma escola de comunismo:

“É uma escola de tipo completamente desconhecido no capitalismo, pois nos sindicatos não há mestres e alunos, mas sim uma escola que forma os setores mais avançados do proletariado”²⁸.

²⁸ ANTUNES, 1982, pp.30-31.



CONCEPÇÃO SOCIAL-DEMOCRATA

O modelo do movimento operário denominado *social-democracia surge entre os anos 1870 e 1915, antes da Primeira Guerra Mundial.*

Nestes anos, “o conjunto do movimento operário vai ser, progressivamente, dominado por forças políticas e ideológicas que se identificam na denominação de social-democracia”, de acordo com Bihir.

Sua existência está relacionada, em primeiro lu-

gar, a “seu curioso projeto que propõe ao proletariado *emancipar-se do capitalismo de Estado, emancipando o Estado do capitalismo*”. Projeto que se baseia na ideia do proletariado se libertar da exploração e da dominação pelo capital conquistando e exercendo o poder do Estado, tomando esse poder da burguesia e de seus aliados políticos – **o Estado como a via obrigatória e inevitável da emancipação do proletariado, ou seja, a estatização do capitalismo.**²⁹

Duas variantes podem ser apontadas na concepção social-democrata:

A **PRIMEIRA**, que enfatiza as “reformas de estrutura” (portanto, reformista), como a nacionalização dos monopólios industriais chaves, o con-

trole de grandes grupos financeiros e a conquista do poder de Estado por via legal eleitoral.

Legalismo, juridicidade, parlamentarismo para o partido e a busca de contratos coletivos para os sindicatos, resumem essa variante.

A **SEGUNDA**, a variante “revolucionária”, diferente da concepção revolucionária, visa à expropriação da burguesia e de seus aliados pela estatização do

conjunto dos meios de produção, destinada a lançar as bases de um desenvolvimento autocentrado, planificado pelo aparelho de Estado.

Em ambas as variantes, a estatização do capitalismo e a tutela política e estatal sobre a classe do proletariado é uma constante

O Estado aparece como transcendente (acima das classes sociais, “neutro”) e resolvendo as contradições inerentes à acumulação do capital. Internamente, os traços organizacionais podem ser sintetizados em:

reprodução das características do próprio Estado; centralização da ação; delegação do poder; hierarquização burocrática; segredo em torno dos vértices da organização.

²⁹ Cf. BIHR, 1998, pp. 19-20.

***“Daí a preeminência da organização partidária sobre as organizações sindicais e os movimentos mutualistas e cooperativos”.*³⁰**

Os partidos políticos e os demais defensores desse modelo do movimento operário estão convencidos de que, **deixados a si próprios, os trabalhadores e trabalhadoras são incapazes de ultrapassar o nível da consciência imediata** (a de seus interesses econômicos e políticos imediatos), que se exprimirá na

organização e na prática sindicais.

Portanto, entendem que **o movimento sindical deve ser dirigido, primordialmente, por um grupo de vanguarda, capaz de definir, organizar e conduzir os trabalhadores e as trabalhadoras.**

*Assim, ao dar “as costas ao projeto comunista de uma sociedade em que o poder político seria coletiva e igualitariamente exercido pelo conjunto de seus membros, o modelo social-democrata do movimento operário não ultrapassa, de fato, o horizonte de uma sociedade que, por estar dividida em múltiplas esferas opostas e rivais, não chega a reconstituir sua própria unidade senão na e pela construção de um aparelho de Estado fora e acima dela. Horizonte que constitui, para sempre, o da prática e pensamento próprios do universo capitalista”.*³¹

A concepção social-democrata se afirma, poderosamente, após a 2^a Guerra Mundial (pós-1945), estendendo-se até as vésperas da crise do capitalismo de hoje.

Mas, por que o modelo social-democrata teve maior êxito, no século XX, que outras concepções



EM PRIMEIRO LUGAR, pela impregnação do **fetichismo do Estado** no próprio seio do proletariado e do movimento operário. Um aparente poder público impessoal, “neutro”, com forma parlamentar de Estado

e participação dos partidos políticos.

EM SEGUNDO LUGAR, pela **personificação da classe do staff administrativo** (pessoas do governo

³⁰ BIHR, 1998, pp. 22-23.

³¹ BIHR, 1998, p. 24.

que entendiam que o “desenvolvimento” e o “progresso” da sociedade também dependiam das negociações entre capitalistas e trabalhadores e trabalhadoras, tendo o Estado como intermediador, negociador).

Esse *staff*, com interesses em modernização capitalista da sociedade, racionalização de seu desenvolvi-

mento econômico, moralização de sua direção política, democratização de suas estruturas e, particularmente, dos aparelhos de Estado, articulava alianças com o proletariado, mas, garantindo para si a hegemonia dessa aliança, objetivando tomar a direção do próprio movimento sindical.

Fundamentalmente, ocorria um compromisso entre capital e trabalho: o compromisso fordista.

Compromisso que não se deu, diretamente, entre os membros das próprias classes,

*“mas entre intermediários organizacionais e institucionais que lhes serviram de representantes oficiais, adquirindo ou reforçando esse status nessa ocasião: organizações sindicais e políticas do movimento operário, de um lado, organizações profissionais do patronato, de outro, com o Estado entre elas, presente ao mesmo tempo como juiz (responsável, árbitro) e como parte interessada: ficaria encarregado de colocá-lo em prática visando ao interesse geral do capital, cuidando para que fosse aplicado e respeitado por meio de organizações representativas de cada uma das classes em luta”.*³²

Com esse compromisso, o proletariado renunciava à “aventura histórica” em troca de “seguridade social”:

- ✓ uma relativa estabilidade de emprego,
- ✓ um crescimento de seu “nível de vida”,
- ✓ uma redução de seu tempo de trabalho,
- ✓ a satisfação de um certo número de suas necessidades fundamentais (habitação, saúde, educação, formação profissional, cultura, lazer etc).

Mas “o compromisso fordista só podia ser renovado enquanto o próprio modelo de desenvolvimento do capitalismo ocidental que ele tornaria possível fosse viável”.³³

³² BIHR, 1998, p.37.

³³ BIHR, 1998, pp. 37-39.

Assim, a ruptura do compromisso fordista veio com o enfraquecimento do fordismo, na década de 1970. A crise do fordismo foi caracterizada pela diminuição dos ganhos de produtividade, pela elevação da composição orgânica do capital, pela saturação da norma social de consumo e pelo desenvolvimento do trabalho improdutivo (gestão, comercialização, bancos e seguros).

O compromisso fordista (assentado no Estado de bem-estar social – a concepção social-democrata de Estado) trouxe garantias e direitos aos trabalhadores e trabalhadoras, que passou a onerar “extremamente” as empresas, ao mesmo tempo em que o modelo fordista de produção saturava-se pela diminuição da fluidez da produção e da inflexibilidade no seu processo.

Parte desse processo, estamos vivendo atualmente.

Uma das maiores consequências desse processo foi a profunda fragmentação do proletariado:

- ① os proletários estáveis e com garantias,
- ② os proletários excluídos do trabalho,
- ③ a massa flutuante de trabalhadores e trabalhadoras instáveis.

Os instáveis são os trabalhadores **TERCEIRIZADOS**, em **TEMPO PARCIAL**, **TEMPORÁRIOS**, os estagiários, que trabalham da **“ECONOMIA SUBTERRÂNEA”**, sem carteira assinada, **“CLANDESTINAMENTE”**, ou participando da pequena produção mercantil.

É a proliferação do trabalho precarizado, composto pelos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados, subcontratados ou *part-time*.

Essa é a nova realidade...

- Empresas de 5 mil trabalhadores e trabalhadoras reduziram esse número a menos da metade.
- Empresas migraram de regiões com alta organização sindical para regiões sem histórico sindical relevante.
- Empresas flexibilizam a produção separando a produção em vários locais e dividindo os trabalhadores e trabalhadoras.

- Empresas terceirizam serviços diminuindo o poder dos sindicatos.
- Empresas, com a retaguarda do Estado, redefinem contratos de trabalho temporários com a anulação de vários direitos, historicamente conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras.
- O trabalho assalariado, com carteira assinada, dá lugar a outras características de trabalho em que a organização sindical praticamente inexiste, como para os trabalhadores e trabalhadoras informais.

**Assim, o movimento sindical foi,
em grande medida, solapado, enfraquecido.**

Isso tem sua origem e causa:

(...) “na instabilidade constitutiva dos instáveis e dos desempregados, que torna quase impossível sua integração em estruturas sindicais, tais como uma seção de empresa ou mesmo uma federação de ramo.

O sindicalismo ‘vertical’, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, herdada do período fordista, encontra-se totalmente inadaptado. Somente um sindicalismo com estruturas ‘horizontais’, que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo os trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados”.³⁴

Por fim, salientamos que apresentar as principais concepções do movimento sindical mostra que a história do movimento sindical também é construída pela diversidade de práticas e ideias.

Umas mais moderadas, outras mais radicais, tais concepções oferecem a dimensão da complexidade do jogo de poder entre os capitalistas e os trabalhadores e trabalhadoras, e entre os próprios trabalhadores e trabalhadoras.

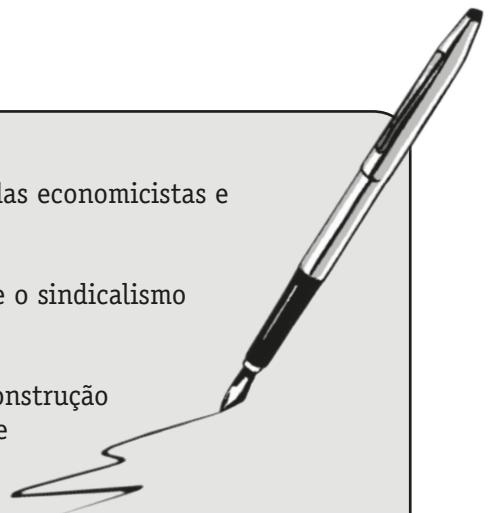
Enfatizamos que...

**a apresentação dessas concepções não pressupõe
a adesão a uma ou a outra, mas a necessidade
de compreendê-las para que a atuação no movimento
sindical se dê com maturidade histórica
E RESPEITO À DIVERSIDADE DE POSIÇÕES.**

³⁴ BIHR, 1998, p.101.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1** Por que algumas concepções de movimento sindical são consideradas economicistas e apolíticas?
- 2** Quais as diferenças fundamentais entre o sindicalismo reformista e o sindicalismo revolucionário?
- 3** A concepção cristã é considerada reformista, mesmo buscando a construção reformista, mesmo buscando a construção de relações mais justas e fraternas. Por quê?
- 4** O Estado não é neutro nas relações entre os trabalhadores e trabalhadoras e os capitalistas, porque os governos são compostos por pessoas que, também, têm interesses nem sempre a favor do “bem comum”. Como o Estado fascista interferiu na formação do sindicalismo corporativista na Itália?
- 5** Por que a concepção social-democrata entendia que os sindicatos deveriam ser comandados por uma vanguarda? Isso representava certo preconceito às ideias dos demais trabalhadores e trabalhadoras? Por quê?
- 6** O que significa o fetichismo do Estado? Como essa ideia pode interferir nos rumos do movimento sindical?
- 7** O que representou o “compromisso fordista” para o movimento operário?
- 8** Com o rompimento do “compromisso fordista”, como passou a se constituir a classe-que-vive-do trabalho?



CAPÍTULO 5

História do sindicalismo no Brasil

Três períodos do sindicalismo brasileiro

As transformações ocorridas nas formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil acompanham, como não poderia deixar de ser, as mudanças estruturais na economia e na política nacional.

Além do que, envolvem todos os fatores produtivos, incluindo a força de trabalho e, consequentemente, as maneiras como estes trabalhadores e trabalhadoras organizam suas lutas e desenvolvem suas estratégias e táticas.

Assim, o movimento da classe trabalhadora em busca de seus objetivos tende também a ser dinâmico, a se transformar para atender às necessidades

do momento histórico pelos quais passam. É claro que nem sempre os trabalhadores e trabalhadoras têm o controle dessas transformações, e é certo que esse movimento não é coeso e uniforme. Mas, todos sabemos da importância histórica da organização e da luta para as mudanças das condições materiais e de vida daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho.

Tanto mundialmente quanto em escala nacional, foram a indignação e a resistência organizada, através de associações e sindicatos, que fortaleceram a luta dos trabalhadores e trabalhadoras (enquanto força coletiva), não permitindo uma espoliação mais aguda no processo de produção/reprodução do capital.

1

Do surgimento até 1930

No Brasil, a atual forma de organização dos trabalhadores e trabalhadoras tem suas raízes nas **sociedades de cunho mutualista** que eram compostas, sobretudo, por artesãos, sendo estas, as primeiras formas de organização e de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Estas organizações já

existiam em 1888.³⁵ No entanto, é em 1890 que alguns trabalhadores e trabalhadoras socialistas fundam, no Brasil, o Partido Operário, procurando organizar a pequena classe trabalhadora (urbana e fabril) para exercerem, organizadamente, reivindicações que levassem à melhoria das condições de trabalho e de vida.

³⁵ Cf. REZENDE, 1990.

1890

Fundação do Partido Operário

Torna-se importante salientar que:

A maior parte desses trabalhadores e trabalhadoras era de imigrantes europeus que vinham para o Brasil para serem empregados na indústria nascente, em São Paulo.

Traziam, na “bagagem”, uma certa prática do trabalho industrial e também experiências de organização dos trabalhadores daqueles países já industrializados.

Foi assim que chegaram ao Brasil as experiências de organização e de luta da classe trabalhadora na Europa e as influências ideológicas das mais variadas concepções, dentre elas a COMUNISTA, a CRISTÃ e a ANARQUISTA.

A organização dos trabalhadores e trabalhadoras, nesse período, era qualitativamente interessante, apesar de ser quantitativamente pequena.

na³⁶. Mesmo assim, os trabalhadores e trabalhadoras conseguem organizar, em 1906, um primeiro congresso.

1906

I Congresso Operário no Brasil

Neste Congresso, são decididas várias resoluções, sendo que algumas delas extrapolavam a esfera das relações de trabalho dentro das fábricas, abarcando questões referentes à economia e à política nacional.

Se todas as resoluções eram revolucionárias

para a época, uma delas expressava o conteúdo revolucionário de forma clara: a que exige a apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores e trabalhadoras – um princípio revolucionário apontado nas teses discutidas e aplicadas em alguns lugares da Europa do século XIX.

³⁶ REZENDE (1990, p.10): de acordo com o Censo Industrial do Brasil de 1907, havia 149.018 operários e 3.258 empresas. A partir destes números, podemos imaginar o quanto era pequena, quantitativamente, a classe operária de 1892, quinze anos antes do Censo Industrial apresentado.

As resoluções desse I Congresso Operário foram:

- ✓ eleições diretas em todos os postos eletivos pelo sufrágio universal;
- ✓ determinação de um salário-mínimo;
- ✓ jornada de oito horas diárias;
- ✓ proibição do trabalho de crianças e de menores de doze anos;
- ✓ apropriação dos meios de produção por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, única forma de libertação da classe operária.³⁷



A organização desses operários não era tão fácil, posto que, em sua maioria, eram imigrantes e sonhavam em não permanecer no país por muito tempo, imaginando sempre a possibilidade de conseguir ganhar algum dinheiro e retornar à terra natal (o que para a maioria não passou de um sonho).

No entanto, houve sempre grupos mais aguer-

ridos, que permaneceram lutando pela ideia de organizar o operariado, enquanto outros viam o seu sonho de retornar para a terra natal definhando dia após dia de trabalho árduo, passando a compartilhar da ideia da organização como única forma de contraponto às condições sociais e de trabalho massacrantes.

E é nesse contexto que acontece, em 1912, mais um congresso.

1912

II Congresso Operário

Realizado em São Paulo, contou com a participação de várias corporações, quase todas elas sediadas na mesma cidade onde se realizava o Congresso.

Esse congresso marcou o domínio dos ANARQUISTAS na construção e na organização do movimento dos operários, sem anular a participação marcante dos SOCIALISTAS.

³⁷ Cf. REZENDE, 1990.

Também marcava uma **ligeira disputa entre estas duas tendências pelo controle do movimento**, que se daria pela hegemonia das suas ideias entre os que formavam a base, o que por vezes gerou contrové-

sias entre as lideranças socialistas (também concepção comunista) e anarquistas, sem, contudo, abalar a **dominação exercida pelos anarco-sindicalistas**, nesse período.

A REPRESSÃO

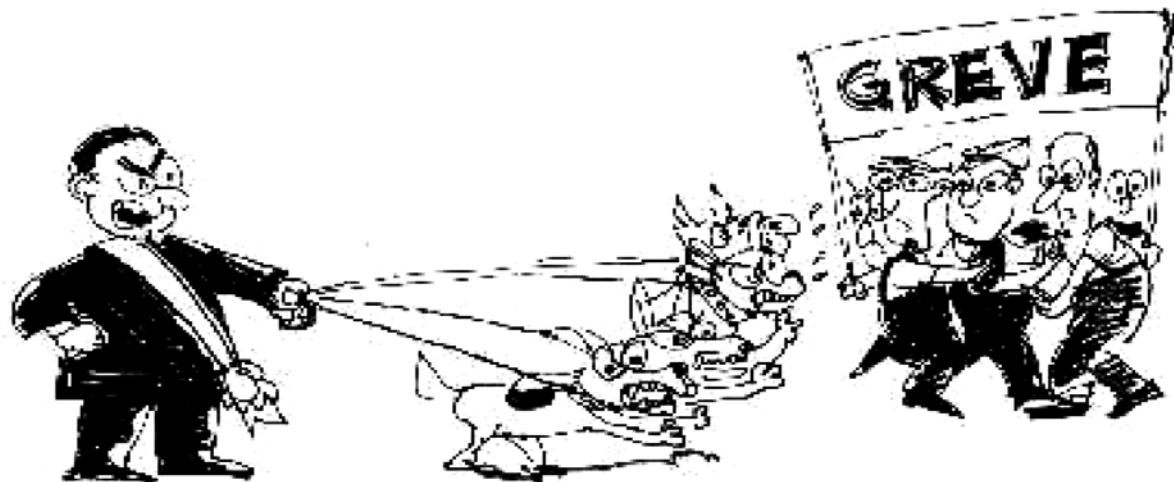
A organização do operariado não passava desapercebida pelas forças econômicas e políticas daquele momento, que trataram, rapidamente, de se organizar

e colocar todo o seu aparato repressor em funcionamento, **utilizando-se dos mais diversos meios para frear aquilo que consideravam atos de subversão**.

- O governo brasileiro estabeleceu, como **crime, todas as formas de manifestação pública e organizada dos trabalhadores e trabalhadoras**, que colocavam em questão a “ordem”.
- Ainda ficou estabelecida uma política de **expulsão dos líderes** dos trabalhadores e trabalhadoras **que fossem estrangeiros**.

Esses fatos dificultaram a movimentação dos operários sem, é claro, pôr fim em seu movimento organi-

zativo, que continuava a ser influenciado e organizado pelas ideias dos anarco-sindicalistas.



A DIVISÃO

Além das investidas diretas, o governo federal procurou outras estratégias para minar o movimento operário. Sabedor das *rusgas* entre os anarco-sindicalistas (que defendiam uma organização livre dos trabalhadores e trabalhadoras sem uma hierarquia diretiva rígida) e os socialistas (que bus-

cavam a construção e fundação de um partido que direcionasse o movimento), o governo patrocinou, no ano de 1912, um Congresso Trabalhista. O objetivo era fundar um partido político. Essa iniciativa contrariava as ideias anarquistas. Nesse congresso, funda-se a Confederação Brasileira do Trabalho.³⁸

³⁸ Cf. REZENDE, 1990.

1912

Congresso Trabalhista

Neste congresso é fundada a **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO TRABALHO**.

Não houve consenso sobre a validade desse congresso. Uma parte dos sindicalistas ativos

não o aceitaram.

Foi nesse clima que foi realizado, em 1913, um novo Congresso Operário Brasileiro, que reafirma as ideias anteriormente defendidas pelos anarco-sindicalistas.

1913

III Congresso Operário

Neste congresso foram reafirmadas teses do primeiro, como:

- **Uma organização dos trabalhadores e trabalhadoras que fosse livre e que tivesse, no sindicato, o principal agente organizador dos operários, o embrião do futuro socialismo, deixando de lado qualquer possibilidade de fundação de um partido que desse uma direção rígida e hierárquica ao movimento.**
- **Ficava estabelecido também que a greve era o melhor instrumento de luta a ser utilizado pelos trabalhadores e trabalhadoras em busca de uma vida mais digna. Sendo esta ação direta a melhor arma de luta contra os opressores.**

Contudo, as primeiras greves realizadas sob o comando e orientação dos anarco-sindicalistas não obtiveram grandes sucessos, sofrendo forte repressão por parte do governo.

Como afirmávamos anteriormente:

O movimento operário no Brasil sofria as influências das transformações ocorridas em vários níveis de escala mundial.

Com a Primeira Guerra Mundial e com a Revolução Russa de 1917, que o movimento operário brasileiro passou a tomar outros con-

tornos, que refletiam, por vezes, estas transformações que ocorriam além das fronteiras brasileiras.

1914

A Primeira Guerra Mundial

A Europa se viu envolvida numa guerra de proporções nunca vistas. Uma guerra pelo domínio do mundo pelas potências imperialis-

tas europeias. Esta guerra teve reflexos diretos sobre o Brasil e trouxe prejuízos à economia brasileira.

Com a diminuição das importações diminui, também, o ritmo de crescimento do setor industrial, além de elevar rapidamente o custo de vida e rebaixar o poder de compra dos salários, resultando em várias manifestações e greves.

Essas, a princípio, foram motivadas por meras questões salariais, mas logo passaram, também, a exigir direitos básicos e fundamentais do trabalho, que incluiam desde a regulamentação das relações

de trabalho (na época, inexistente) até direito à aposentadoria, seguro contra acidentes, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, férias etc.³⁹

1917

Greve paralisa São Paulo

Em 1917, tem início uma das mais famosas greves, ocorridas neste período. Ela começou na fábrica têxtil Crespi, uma das maiores unidades fábricas de São Paulo, com mais de dois mil operários. A greve tem início quando **quatrocentos operários** passam a exigir 20% de aumento de salário em troca do aumento das horas de trabalho imposto

pela empresa, o que, de pronto, é negado pelo dono da fábrica e leva os trabalhadores e trabalhadoras a cruzar os braços.

O movimento espalha-se para outra importante indústria têxtil, a Ipiranga, onde o aumento salarial havia sido concedido. Mas o movimento já havia se espalhado por vários outros setores.

Os operários entram em greve em solidariedade aos companheiros da indústria têxtil. A manifestação sai da fábrica e ganha as ruas da cidade.

³⁹ Cf. VIANNA, 1976.

São Paulo fica paralisada por completo, e os trabalhadores e trabalhadoras começam a vislumbrar a possibilidade de realização e implantação das reivindicações feitas nos Congressos Operários.

Durante estas manifestações, um operário, Antônio Martinez, é assassinado pela polícia e seu enterro se transforma numa grande manifestação. Em meio à agitação, constitui-se o Comitê de Defesa Proletário, que passa a ser um núcleo de negociação das demandas dos trabalhadores e trabalhadoras.⁴⁰

CONQUISTAS

Após um mês de greve, os trabalhadores e trabalhadoras entram em acordo com os em-



presários, com a participação do governo. Fica estabelecido que:



- ✓ será feita a concessão de 20% sobre os salários em geral;
- ✓ não haverá dispensa de funcionários que participaram da greve;
- ✓ será respeitado o direito de associação dos funcionários;
- ✓ haverá pagamento quinzenal dos salários;
- ✓ acompanhar-se-á, com a maior boa vontade, as iniciativas para a melhoria das condições materiais, econômicas e morais dos trabalhadores e trabalhadoras paulistas.

Em dezembro de 1917, o governo publica o Decreto 1596, que regulamenta (pela primeira vez) o trabalho feminino e infantil, ficando proibida a exploração do trabalho feminino e infantil em trabalhos noturnos.

Mais um evento histórico mundial influenciava o movimento operário brasileiro neste momento de efervescência

1917

A Revolução Russa

Com a vitória dos comunistas na Rússia, os socialistas que compunham o movimento operário brasileiro, e que comemoraram, em várias cidades, a vitória de Lênin,

sentem-se fortalecidos e passam a influenciar mais fortemente o movimento operário. Mas os anarquistas procuraram resistir à pressão e garantir o seu espaço.

⁴⁰ Cf. VIANNA, 1978.

1922

Fundação do Partido Comunista

Em 1922, é fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), contando com a filiação e participação de vários ex-militantes anarquistas.

O partido buscou propagar a ideia de construção de uma unidade sindical, como o melhor instrumento de sucesso por parte da classe trabalhadora. Ideia con-

trária aos princípios de organização anarquista, que perdia cada vez mais espaço.

Crescia, nesse período, o prestígio dos comunistas e o seu domínio no movimento sindical.

Mas, se por um lado ocorria o fortalecimento dos comunistas e a perda de espaço aos anarquistas, por outro:

O governo propicia e estimula o crescimento de uma facção reformista de direita que procurava minar e diminuir a base do movimento operário.

Assim, entre 1920 a 1929, o movimento abarcava, fundamentalmente, três correntes:

- ① **sindicalistas de esquerda**, os anarquistas (com dez mil filiados);
- ② **reformistas de direita**, dirigindo a liga de defesa, a Sociedade Agrária Nacional e outros (com mais de vinte e cinco mil filiados);
- ③ **comunistas**, dirigindo, entre outras, a União dos Gráficos.

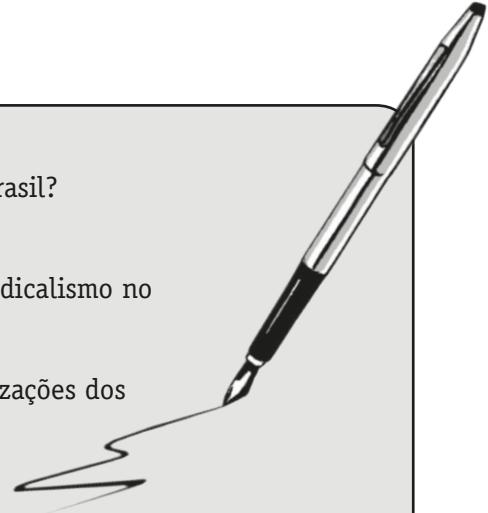
É nesse período de grande agitação popular que a economia brasileira sofre, em 1929, o abalo da crise econômica que atinge todo mundo capitalista. As dificuldades econômicas alimentam também as crises políticas no Brasil, colocando em questão o poder político das oligarquias agrárias, que estavam apoiadas na economia de exportação de produtos primários e na concentração de terra.

Nesse momento, abre-se espaço para o surgimento de uma nova orientação política que cria condições para a instalação do capitalismo industrial no país. **No entanto, não houve um bruto rompimento entre o ascendente capital industrial e a oligarquia agrária, pois os prejuízos da economia cafeeira foram transferidos e socializados com o conjunto da população.⁴¹**

⁴¹ Cf. WEFFORT, 1980.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Como e por que surgiram as primeiras organizações sindicais no Brasil?
- 2 Quais as duas principais concepções que influíram à gênese do sindicalismo no Brasil? Quais as principais diferenças entre elas?
- 3 Como o Estado brasileiro reagia às primeiras organizações e mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras?
- 4 Quais os dois acontecimentos internacionais que influenciaram, profundamente, o movimento sindical brasileiro até 1930? Como se deram tais influências?



2 De 1930 a 1945

Em 1930, Júlio Prestes é eleito presidente do Brasil em uma disputa eleitoral de resultado duvidoso com Getúlio Vargas, com apoio de várias facções da política nacional. Vargas dá um golpe armado e toma o poder, estabelecendo uma política populista que se utiliza das massas e dos trabalha-

dores e trabalhadoras urbanos, como base de sua sustentação e legitimização no poder.

Isso foi possível porque nem a classe média tinha autonomia política frente ao poder tradicional, nem os cafeeiros tinham legitimidade para alcançar o poder, “tirados” do poder político pela crise econômica.

Em 1930, Vargas cria o Ministério do Trabalho.

Seu plano foi o de realizar, através do Estado, leis para os trabalhadores e trabalhadoras urbanos, sem molestar a aristocracia agrária.

O presidente realizou, então, a “doação” de uma legislação para as relações de trabalho para satisfazer as massas urbanas que ele manipulava tranquilamente, passando a ideia de um Estado protetor da classe trabalhadora.

Tal ideia reflete uma das mais trágicas construções ideológicas da história brasileira: como já vimos, o movimento sindical e operário no Brasil já se organizava, resistia e reivindicava, há mais de 50 anos.

A ideia de uma legislação “doada” pelo Estado obscurece e apaga cinco décadas de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, desconsiderando os conflitos, as tensões, a violência e morte que, até então, marcavam o movimento sindical.

Os direitos não são concessões, mas conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras.

Em 1931, Vargas edita a Lei de Sindicalização.

O decreto estabelece:

- **Vínculo e reconhecimento do sindicato à aprovação do estatuto pelo Ministério do Trabalho;**
- **Direito facultativo aos sindicatos dos empregados de celebrar acordos com os “sindicatos” patronais;**
- **Proibição das organizações sindicais de se vincularem às organizações internacionais, sem aprovação do Ministério do Trabalho;**
- **Obrigatoriedade dos sindicatos, federações e confederações mandarem, anualmente, um relatório para o Ministério do Trabalho.⁴²**

Fica estabelecido, pelas novas leis, que os sindicatos ficam atrelados ao Estado, não tendo a menor possibilidade de autonomia

O seu próprio reconhecimento, como tal, deveria passar pelo governo, sendo os aprovados, os únicos reconhecidos como legítimos representan-

tes dos trabalhadores e trabalhadoras, portanto, os clandestinos não teriam direito a manifestações políticas.

Os trabalhadores e trabalhadoras resistiram a essas políticas que tolhiam a liberdade de organização, realizando greves em São Paulo.

⁴² Cf. Antunes, in: REZENDE, 1990.

Apesar da luta contra o governo, o conflito interno entre as facções político-ideológicas atra-palhavam ações mais incisivas, pois, às vezes, os desentendimentos não permitiam atos mais frutí-

feros do ponto de vista da pressão sobre o governo. Nesse momento, o PCB assume uma posição de cunho político estalinista, opondo-se à ala trotskista e à anarquista na condução das ações políticas.

Em 1935, forma-se a Aliança Nacional Libertadora (ANL), composta por forças políticas diversas, com o incentivo do PCB. Esta frente popular elege como bandeira a luta contra o fascismo, o imperialismo e o latifúndio.

A fundação da ANL se deu ao mesmo tempo em que houve um enfraquecimento institucional do sindicalismo oficialista, verificando-se, em 1935, uma diminuição de 73% nas organizações sindicais reconhecidas.⁴³

No entanto, a política do Estado Novo (a partir de 1937) era a de escamotear e “esconder” a luta de classes então existente.

Procurava passar uma imagem de tranquilidade no que diz respeito à organização da sociedade para a produção, fazendo crer que continuava firme a aliança política das facções e dos interesses heterogêneos das elites brasileiras representadas por Vargas.

Uma “paz” construída com a repressão sobre os que desafiavam a “ordem” e que buscava anular o poder de organização da classe trabalhadora.



1937: Estado Novo

Com o Estado Novo de 1937, Vargas dá um novo golpe com apoio dos militares, estabelecendo uma política de maior intervencionismo na sociedade.

O Estado assume um caráter modernizante, colocando um fim no “compromisso” de manter certa ordem entre as diferentes facções da elite,

buscando os rumos da modernização e da industrialização, significando um rompimento com a oligarquia agrária.

⁴³ Cf. VIANNA, 1978.

Os princípios da constituição de 1937, que regeriam mais esta etapa do governo Vargas, afetam diretamente a estrutura sindical, controlando ainda mais a classe operária e incentivando o processo de acumulação do capital.

As políticas governamentais para os sindicatos levam a um recuo das forças mais combativas, **provocando um aumento das práticas pelegas nos**

sindicatos: direções sindicais cooptadas pelo governo que deixam de ser organizações de embates políticos.

Tais sindicatos se caracterizavam como entidades assistencialistas com procedimentos que levaram a um esvaziamento dos sindicatos, que perdiam legitimidade na representação.

Esvaziamento que o governo tentou contornar instituindo inovações nas funções dos sindicatos, a fim de torná-los atrativos para a massa de trabalhadores e trabalhadoras. Criou cooperativas de crédito e consumo, de escolas, assistência médica, entre outros serviços para os legalmente sindicalizados.

Com toda a repressão militar e institucional, que impedia as formas alternativas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras e tornava instrumentos de luta como a greve um crime, se estabelece um momento difícil para a classe trabalhadora.

Uma das poucas manifestações grevistas desse período não teve como bandeira o enfrentamento direto ao governo ou às políticas econômicas e trabalhistas vigentes. Foi o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras do porto de Santos, que entraram em greve para impedir a extradição de dois operários espanhóis que buscavam asilo político no Brasil, mas que haviam entrado no país clandestinamente. O movimento procurou impedir que fossem enviados de volta para a Espanha, onde, certamente, seriam presos ou mesmo mortos.⁴⁴

A partir desse momento, os sindicatos entram em um momento de retração que perdurará até 1942, quando o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Estados Unidos da América e da Rússia, combatendo os países do Eixo formado por Alemanha, Itália e Japão.

Os comunistas do PCB, que dominavam e davam as diretrizes para uma parte considerável do movimento operário brasileiro, começaram a apoiar Getúlio Vargas no combate ao fascismo europeu.

⁴⁴ Cf. ABRAMOWICS, 1986.

Adotaram uma política de **UNIÃO NACIONAL**, com a ideia de que a nova fase do governo getulista, que se dizia nacionalista e modernizante, apontava para o fortalecimento e o crescimento da economia. Crescimento, esse, baseado na exploração do trabalho industrial, o

que, por sua vez, significava também o crescimento do proletariado urbano. Assim, o fim da guerra, em 1945, com a **vitória dos aliados**, grupo ao qual pertencia o Brasil, Getulio Vargas acaba ficando em uma posição política muito difícil de ser justificada, pois:

Como poderia um governo que combatia as ditaduras e governos fascistas na Europa, sustentar um governo autoritário e ditatorial em seu próprio país



Esta e outras contradições levaram o governo à promulgação do Código Eleitoral que extinguia o princípio de verticalidade na organização sindical, em **1945**. Isso permitiu que o PCB criasse, no mesmo ano, sob sua direção, o **Movimento Unitário dos Trabalhadores**,

que procurava organizar a classe trabalhadora e fazer contraponto ao sindicalismo da CLT, ao mesmo tempo em que visava constituir uma lei trabalhista e uma organização sindical que alcançasse os trabalhadores e trabalhadoras do campo.⁴⁵

Outra mudança do período foi a promulgação de uma **NOVA CONSTITUIÇÃO, EM 1946**, que entendia a greve como um instrumento legal de ação dos trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, a base da nova constituição, no que dizia respeito à greve, era ainda a mesma da Constituição de 1937, não sendo totalmente mudada pelos constituintes do novo governo “democrático” (realizava, na verdade, apenas uma abertura muito tímida).

Nos últimos meses de seu governo, em 1945, Vargas começou a estabelecer uma política de “abertura” com as organizações sindicais, o que:

- **POSSIBILITOU** a volta de alguns trabalhadores e trabalhadoras aos sindicatos
- **PERMITIU** que fossem realizadas eleições para direção em muitos deles
- **PERMITINDO**, assim, junto com a expansão sindical e o crescimento do PCB

⁴⁵ Cf. VIANNA, 1978.

3

De 1945 a 1964

Terminada a ditadura Vargas e apesar da grande participação popular no cenário político brasileiro, não houve um redirecionamento radical nas políticas governamentais, no que dizia respeito à economia ou mesmo ao combate às mazelas sociais.

Permanecia o mesmo esquema de poder que perdurara durante a ditadura.

Com a ajuda de Vargas, que se utilizou do seu prestígio junto à massa, **Eurico Gaspar Dutra, político conservador, é eleito presidente**. Ao ser eleito, leva à frente as políticas de **abertura da economia nacional ao capital estrangeiro**, ocasionando um achatamento dos salários dos trabalhadores e trabalhadoras.

Tais políticas não agradaram os operários, que

começaram a se manifestar, desencadeando um processo que caracterizaria um período de grandes manifestações, eminentemente urbanas, fazendo da cidade o centro das ações políticas. É interessante observar que havia, também, uma massa crescente de novos habitantes nas cidades, que viriam servir como força de trabalho, aumentando a pressão popular por melhores condições de vida.

Em 1946, os estivadores do porto de Santos entraram em greve, com o intuito de criar a ideia de solidariedade internacional dos trabalhadores e trabalhadoras. Recusam-se a trabalhar em dois navios espanhóis, como forma de protestar contra a ditadura do governo fascista de Francisco Franco, transformando a cidade em uma praça de guerra.

Com a organização dos trabalhadores e trabalhadoras nos sindicatos e com o aumento das manifestações populares, **o Partido Comunista Brasileiro havia crescido. Mas foi posto na ilegalidade em 1947**, ainda no governo Dutra, com clara perda de poder sobre as massas.

É nesse contexto de clara agitação social que se articula a sucessão de Dutra e a volta de Vargas ao poder. **Vargas é eleito com 41% dos votos na eleição**

de 1950. Uma votação expressiva e que lhe garantia um apoio das massas e legitimidade para colocar, em prática, **uma política de cunho nacionalista, incrementando uma indústria de base moderna e aumentando o controle do Estado sobre a economia**. Por outro lado, apostava em uma estratégia de convencer as elites políticas de que tinha o apoio do povo para as suas decisões.

Para isso, recorreu a uma política extremamente populista. Uma de suas primeiras medidas foi aumentar o salário-mínimo em 100%, o que o levou a cair nas graças de grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras.

Apesar de Vargas voltar ao poder pelo voto, isso não significava que, naquele momento, vivia-se no Brasil um período democrático em todo o seu conteúdo. Sabemos que a democracia nunca chegou a existir, efetivamente, na política brasileira, o que dizer então da apregoada equidade social e política que seus idealizadores apregoam como certas.

No entanto, as políticas econômicas de Vargas não tiveram o efeito desejado no que diz respeito a sanar as dificuldades da classe trabalhadora, que continuou a sofrer com os problemas sócioeconômicos da expansão do capital industrial no Brasil e que, para garantir sua reprodução ampliada, tinha que exercer pleno domínio sobre a força de trabalho.

O resultado desse modelo de desenvolvimento industrial foi o acirramento das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, que, organizados pelos sindicatos, resolvem manifestar-se.

Os trabalhadores retomam as greves como forma de pressão ao governo e contra a carestia que assolava a classe.

Em 1953, em São Paulo, aconteceu uma das principais greves do período. Começou com os trabalhadores e trabalhadoras das indústrias têxteis e se estendeu para várias categorias, afetando fortemente as indústrias das principais capitais, como, por exem-

plio, Rio de Janeiro. No Rio, a repressão aos trabalhadores e trabalhadoras foi duramente feita pela polícia que, além de acabar com as manifestações nas ruas, procurava prender aqueles que eram reconhecidos como líderes do movimento.

1953 - A campanha pela criação da PETROBRAS

Não só as condições salariais faziam parte da pauta de reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse momento, uma de suas bandeiras era a campanha que se intitulava

“O PETRÓLEO É NOSSO” (uma luta popular de cunho nacionalista e que tinha o apoio de vários segmentos sociais para evitar a internacionalização do petróleo brasileiro).

O movimento culminou com a criação da Petrobras, em 1953.



A lei que estabelecia o direito ao Estado brasileiro de explorar de forma monopolística o petróleo, foi um processo político muito desgastante. Alguns estudiosos acreditam que o suicídio de

Getulio Vargas, nesse mesmo ano, tenha sido resultado de tais pressões sobre o governo por parte das empresas petrolíferas internacionais.⁴⁶

1954 - A morte de Getulio Vargas

Em agosto de 1954, após um ano conturbado na política nacional, Vargas comete suicídio.

Seu desaparecimento não significou o fim do populismo e do nacionalismo. Esses fetiches permaneceram recriados como instrumentos de cooptação e controle das massas, em maior ou em menor grau, pelos governos se-

guinhas. Tanto pelo seu sucessor imediato, Café Filho, quanto por Juscelino Kubitschek (que mesmo não estabelecendo um governo populista como o de Vargas, já que não teve uma maioria absoluta em sua eleição), não pouparam os trabalhadores e trabalhadoras de arcarem com os sacrifícios para o crescimento da economia.

De Vargas a Juscelino

O governo eleito, após o fim da Era Vargas, o de Juscelino Kubitschek que começa no ano de 1955, manteve o PCB na ilegalidade e continuou controlando os sindicatos através da

estrutura já instalada por Vargas. O governo assumiu uma postura liberal e, também, permitiu uma maior entrada de capital estrangeiro no país.

Com a realização do seu PLANO DE METAS, que previa a rápida industrialização do Brasil que cresceria “50 anos em 5”, Juscelino abriu as portas do país ao capital internacional.

⁴⁶ Cf. ABRAMOWICS, 1986.

A instalação das fábricas automobilísticas e das indústrias de base (siderurgias) tornou-se símbolo de seu governo e da ideia de “desenvolvimento”.

A instalação de novas fábricas – automobilísticas e siderúrgicas – significou a abertura de novas vagas de trabalho e, consequentemente, a expansão do operariado, que, inicialmente, obteve pequenos ganhos salariais.

Isso permitiu aos membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apresentarem-se como os legítimos representantes e porta-vozes dos sindicatos e dos tra-

lhadores e trabalhadoras urbanos. Essa “boa” relação entre os trabalhadores e trabalhadoras assalariados e o governo não durou muito tempo.

O aumento dos salários não chegava nem perto da taxa de lucro obtida pelas empresas, o que excluía grande parte da classe trabalhadora dos benefícios produzidos pela economia “pujante”, mas bastante concentradora de renda.

Com o congelamento dos salários, o descontentamento crescia.

A inflação em alta corroia os ganhos dos trabalhadores. Essa situação **levou a muitas manifestações e greves**, várias delas, ocorridas **entre 1959 e 1960**, no final do governo Juscelino.

A política de repressão sobre os sindicatos e as más condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras **acabou por colocar em questão o funcionamento de vários sindicatos pelegos** que, tendo ligação com

o partido governista, procuravam dissimular as suas práticas sem um enfrentamento direto dos problemas que assolavam a classe trabalhadora.

Isso levava à perda de legitimidade da representação frente à base.

No entanto, as manifestações dos operários não surtiram efeito no que diz respeito ao combate das ações coercitivas do Estado em favor do capital.



O movimento operário começava então a entrar em um processo de reformulação, aproveitando o clima de manifestação dos trabalhadores e trabalhadoras em prol de melhores condições de vida e de trabalho.

Começam a ser criadas as intersindicais, com o intuito de organizar amplamente os trabalhadores e trabalhadoras, levando em 1958 à I Conferência Nacional dos Sindicatos.

1958

I Conferência Nacional dos Sindicatos

Mas também, nesse momento, são levados a público, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em Moscou, os crimes cometidos por Stálin, durante o seu governo (Stálin é acusado da morte de mais de 20 milhões de pessoas!).

O PCB sente os abalos dessa crise, passando a sofrer pressões por organizações internas, como o

Movimento Renovador Sindical, formado por católicos de esquerda, socialistas e demais sindicalistas dissidentes.⁴⁷

As políticas do governo JK acabam obtendo certo sucesso no que diz respeito ao avanço do capital industrial no Brasil, que, conjuntamente à mudança da capital brasileira para Brasília, construída em seu governo, lhe confere o *status* de grande empreendedor.

Mas...

o movimento operário viu frustrada a ideia de progredir na organização dos sindicatos no mesmo ritmo do capital.

É sob estas condições que, em 1960, Jânio Quadros firma-se como candidato a presiden-

te do Brasil pela União Democrática Nacional (UDN).

O PCB realiza o seu V Congresso, firmando a sua posição de apoiar as políticas nacionalistas levadas à frente pela burguesia nacional.

O PCB tinha como intenção uma possível aliança que permitisse o crescimento do capitalismo, o que levaria ao advento do socialismo baseando-se na ideia da evolução etapista. A evolução etapista era uma leitura dogmatizada de Karl Marx, que considerava a necessidade de cada sociedade evoluir de acordo com a sucessão dos modos de produção, um a um.

⁴⁷ Cf. REZENDE, 1990.

Jânio Quadros foi eleito, em 1960, com 48,22% dos votos, mas a vice-presidência ficou com João Goulart, que não era o vice de sua chapa.

A política de Jânio defendia a abertura da economia brasileira para o mercado externo. Internamente, procurou estabelecer uma política de austeridade e contenção. No entanto, o governo de Jânio apresentava-se como uma incógnita para todos, pois, com o seu jeito intempestivo e particular, tomava atitudes que, geralmente, contrariavam expectativas de todas as partes, o que criava dúvidas sobre os atos seguintes.

Essas atitudes deixavam os oposicionistas sem possibilidades de realizar críticas ao seu comportamento: em alguns momentos, apresentava-se como grande estadista, em outros como um governador provinciano. Uma das ações de Quadros foi a convocação de seu ministério, que contava com pessoas de vários partidos e que fora escolhido, por ele, sem negociações partidárias. Ao mesmo tempo, manifestou grande importância aos militares, expressando a ideia da moralidade estabelecida e controlada pelo seu governo.

Dentre as suas ações ambíguas, Jânio deixou a esquerda brasileira sem nada entender quando apoiou a Revolução Cubana contra o imperialismo ianque e condecorou Che Guevara, para espanto e protesto da Igreja Católica e dos militares



Mas esse governo não duraria por muito tempo. Sete meses depois de empossado, **em agosto de 1961**,

Jânio renuncia, misteriosamente, à presidência, para perplexidade de grande parte da nação.

Assume o vice-presidente João Goulart e se instaura um período de instabilidade política. A inflação em alta estimulava o aumento do número de greves. Jango era considerado pelos militares um subversivo que, com suas reformas, levaria o Brasil a um governo ligado à classe trabalhadora de cunho “comunista”.

Assim, a direita passa a articular um golpe para a tomada de poder, enquanto os movimentos populares de esquerda cresciam no campo e na cidade. Uma parcela das chamadas vanguardas vislumbravam a possibilidade de realização da “revolução” para impedir o avanço da direita com a sua contrarrevolução preventiva.

Começam a surgir vários grupos organizados de esquerda, que procuravam estabelecer uma frente

de luta que permitisse mudanças na política e na economia e que se refletiriam na transformação da sociedade brasileira.

Rapidamente, acompanhando a agitada conjuntura mundial, a hegemonia, na esquerda, do PCB é quebrada pela formação de grupos políticos que se referenciavam, cada um com suas opções, a experiências de outras revoluções na história do movimento socialista. Em dois anos nascem, assim:

1961

Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP)

1962

Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

1963

Ação Popular (AP) - organização de origem católica com orientação marxista

Neste clima, os trabalhadores criam o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que reunia sindicatos dispostos a lutar por reivindicações econômicas e políticas, influenciados pelo PCdoB e PTB. Sua principal bandeira e campanha era pelas REFORMAS DE BASE.

No quadro político mundial de Guerra Fria, que contrapunha o modelo capitalista capitaneado pelos EUA ao modelo comunista, representado pela URSS, a política brasileira se polariza e as forças da direita passam a organizar a queda do governo Goulart.

É nesse clima que se organiza e se concretiza o Golpe, comandado pelos militares e apoiado por grande parte da burguesia nacional e pelo imperialismo personificado pelos EUA, que temiam a organização dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo.

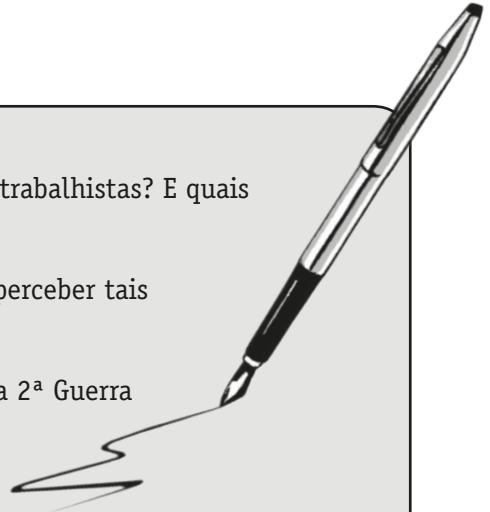
**Na noite de 31 de março de 1964,
um golpe civil-militar
derruba o governo Goulart.**

**É o começo de 20 anos
de DITADURA MILITAR**

É instaurado o período mais sombrio da política e da sociedade brasileira, em que a repressão, baseando-se na prisão, na tortura e no assassinato das lideranças dos grupos oposicionistas, foi uma constante.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Quais eram os objetivos de Getúlio Vargas ao institucionalizar leis trabalhistas? E quais as consequências para o movimento operário?
- 2 Quais as principais características do sindicato pelego? É possível perceber tais características no sindicalismo atual? Como?
- 3 Como se comportou o movimento sindical e o PCdoB no término da 2ª Guerra Mundial? Quais as consequências desse comportamento para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras?
- 4 Também recorrendo a outras leituras, quais eram os principais movimentos sociais, urbanos e rurais, no contexto que antecedeu o Golpe de 1964?



4

De 1964 ao final do século XX

O GOLPE MILITAR DE 1964

O golpe, imediatamente, desencadeou uma forte repressão contra os movimentos sociais e grevistas (na cidade e no campo) que tinham tido grande atuação no período 1959-1963. A repressão, sobretudo após o AI-5, de dezembro de 1968, praticamente não permitiu que, até 1977, houvesse alguma greve ou outra forma qualquer de manifestação.

Os trabalhadores e trabalhadoras enfrentaram, desde a instauração da Ditadura Militar no Brasil, em 1964, uma **repressão sistemática** às organizações que lutavam contra as políticas salariais que arrochavam o poder de compra e as condições de vida de toda a classe.

O governo ditatorial procurou atacar as cúpulas dos sindicatos, realizando **intervenções nas organizações**, desmantelando as estruturas construídas anteriormente e impedindo qualquer tipo de articulação dos operários que intuísse a formação de um grupo opositor organizado.

Mesmo sob forte pressão, os trabalhadores e trabalhadoras se organizam e realizam, em 1967, a II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais.

Marcando **posição contrária à política de arrocho salarial**, a classe trabalhadora buscou construir, várias formas de organização, como comitês e **comissões de trabalhadores**.

No entanto, mesmo com a manifestação de alguns

grupos de trabalhadores e trabalhadoras que paralisavam, isoladamente, algumas fábricas, afrontando e contestando a política econômica da ditadura militar, a luta sindical, durante um grande período pós-64, teve grandes dificuldades de se reerguer.

Em 1968...

O movimento dos trabalhadores e trabalhadoras, organizados em sindicatos, conseguiu causar grandes problemas para a Ditadura.

Sobretudo, com a greve dos trabalhadores e trabalhadoras da Belgo Mineira em CONTAGEM/MG, e com os metalúrgicos de OSASCO/SP que, com um forte sindicato, desempenharam papel importante na organização das ações dos trabalhadores e trabalhadoras.

As ações do governo também se tornavam duras em relação a qualquer manifestação ou postura de contestação, por mais “irrelevantes” que fossem.

Em 1969, o ministro Jarbas Passarinho, através de um decreto, intervém em vários sindicatos, afastando os seus dirigentes que, em sua opinião, não conseguiram disciplinar as entidades com a ordem social vigente.⁴⁸

Essa situação de perseguição de lideranças e de intervenção nas entidades, por parte da Ditadura, continuou. Mas não eliminou totalmente o “germe” da revolta que se manteria vivo e crescente até o final dos anos 1970.

No final dos anos 1970, as manifestações ganham as ruas e o interior das fábricas novamente.

É o nascimento do “NOVO SINDICALISMO”.

⁴⁸ Cf. SANTANA, 2001.

A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDANTES

Por outro lado, é importante registrar o papel que a União Nacional dos Estudantes (UNE) desempenhou nesse período. **A UNE, fundada em 1937, tem desempenhado um papel importante na história política nacional.** Em vários momentos dessa história, principalmente num passado recente, firmou-se como uma entidade de força política na coordenação das mobilizações e ações dos estudantes.

No período pós-60, o país viveu um momento

político e econômico conturbado, com a manifestação constante do operariado e com a insatisfação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais exigindo reforma agrária. A UNE procurava demarcar as suas posições ideológicas considerando, é claro, a diversidade interna dos grupos que a compunham, mas **comungando com os ideais de transformação social** (o que pouco tempo depois colocaria a entidade na mira dos ditadores).

A UNE se uniu aos demais oposicionistas à Ditadura trilhando em conjunto o caminho da luta pela redemocratização.

✓ **apesar das suas várias tendências internas**

(mas que, claramente, se posicionavam contrárias ao regime ditatorial militar, imposto em 1964)

✓ **apesar de ser formada em grande parte por estudantes de classe média**

(distantes da dura realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras)

A posição da UNE frente ao governo continuou sendo a de desaprovação, organizando manifestações e sofrendo uma violenta repressão como resposta, que procurava remodelar e enquadrar o movimento estudantil na “nova ordem social” ditada

pelos militares.⁴⁹

Já lembramos que a perseguição e repressão sobre os estudantes, sindicalistas, trabalhadores e trabalhadoras e intelectuais acentuou-se drasticamente com o Ato Institucional número 5, o AI-5, de 1968.

AI-5: um Golpe dentro do Golpe

O AI-5 anulou o Estado de Direito no Brasil firmando um governo de direita autoritário: uma DITADURA MILITAR

⁴⁹ Cf. SANFELICE, 1986.

Suas práticas, agora, estavam institucionalizadas. Práticas de repressão política contra todos aqueles que pudessem ser enquadrados, mesmo minimamente, como subversivos, como inimigos da ordem estabelecida. Uma ordem que não trouxe, para a maior parte da população e, claramente, para a grande parte da classe trabalha-

dora, nenhuma melhoria em suas condições de vida.⁵⁰

A ditadura militar demonstrou ainda mais sua truculência e arbitrariedade ao fechar o Congresso e instituir o bipartidarismo (que forjava uma falsa ideia de democracia com o MDB como “oposição” consentida a ARENA como partido do governo).

Para os militantes de esquerda envolvidos em ações políticas, manifestações e organizações contrárias à ditadura, o AI-5 instaurou a prisão arbitrária, o fim do *habeas corpus*, e implantou uma violência sem limites, com torturas, assassinatos e desaparecimentos.



⁵⁰ Cf. SEGAL, 2001.

A RESITÊNCIA

Mas, mesmo durante esse período, vários sindicatos tentaram, mesmo que timidamente, orientar as bases para continuar reivindicando e se contrapondo

às políticas de arrocho salarial, através da organização no "chão das fábricas". O objetivo era fazer frente ao controle sobre o aumento de salários baseado no AI-5.

As greves começaram a ressurgir em 1978.

Os trabalhadores e trabalhadoras, já no máximo de sua condição de exploração e percebendo o momento político favorável, começam a se manifestar e a exigir melhorias no salário que possibilitassem a melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Essas manifestações aconteciam, seguindo esta lógica, durante algum tempo, nos momentos de negociação de salários (a data-base de cada categoria). Este

passou a ser o momento mais propício para o enfrentamento político que, também, procurava abarcar outras questões, além das salariais.

As greves passaram a ter um crescimento anual considerável, envolvendo cada vez mais categorias de trabalhadores e trabalhadoras e tendo à frente os operários das fábricas produtoras de automóveis, os metalúrgicos. Nascia o "novo sindicalismo".

A partir de 1978, irrompeu um amplo movimento social de massas.

Os objetivos eram econômicos e políticos.

Lutava-se por:

- ✓ Fim do arrocho salarial
- ✓ Liberdade de organização sindical
- ✓ Democratização do País

O "novo sindicalismo" extrapolava, portanto,

"o terreno de suas funções sindicais, e redefiniu-se em face do conjunto de agentes que, no Brasil, luta pela democracia: fala-se hoje, abertamente, que os trabalhadores e trabalhadoras são a espinha dorsal do movimento democrático brasileiro, porque sem eles qualquer 'abertura' ou 'liberalização' apenas reconstuiria o círculo vicioso da crise do regime autoritário.⁵¹

⁵¹ MOISÉS, 1982, p. 31.

As manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras, que se avolumam no final da década de 1970, têm o ABC paulista como palco inicial. Estão ligadas não só à resistência política

contra a ditadura, mas também se contrapõem às investidas político-econômicas do capital que arrochavam os salários e aumentavam a exploração do trabalho.

A primeira do período de grande movimentação do período foi a greve dos trabalhadores e trabalhadoras da Saab-Scania, com início em 12 de maio de 1978.



Os operários enfatizavam que a empresa não havia cumprido o acordo de readmissão de trabalhadores e trabalhadoras dispensados em protestos anteriores, em 1977.



O movimento alastrou-se extrapolando o ABC e chegando a outros municípios como São Paulo e Osasco.



Acabou por atingir outros setores da economia, mesmo com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de considerar a greve ilegal.

Estas manifestações continuariam crescendo em 1979...

Rapidamente, aumentou a participação e a atuação dos trabalhadores e trabalhadoras na política nacional.

Com a greve iniciada em 1978, o movimento expande-se e ganha força em outros estados brasileiros, alcançando Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Contudo, é em seu “centro nervoso”, o ABC paulista, que o movimento dos trabalhadores e tra-

balhadoras assume outros patamares, indo além das questões trabalhistas dos primeiros movimentos e estabelecendo a bandeira da democratização política do país.⁵²

No início de março de 1979, os trabalhadores e trabalhadoras do ABC entram, novamente, em greve.



São por volta de cem mil trabalhadores e trabalhadoras parados.

A greve estende-se para o interior de São Paulo e por vários estados e o governo a declara ilegal. Mesmo assim, os trabalhadores e

trabalhadoras mantêm a posição e conseguem novas adesões ao movimento que se espalha pelo País.

⁵² Cf. SANTANA, 2001.

Em poucos dias...

São mais de 170 mil trabalhadores e trabalhadoras parados.

Com o passar de dias de greve, o Ministério do Trabalho resolve intervir na negociação, elaborando propostas que não convencem os trabalhadores e tra-

lhadoras. O governo, então, declara a intervenção nos sindicatos e deflagra uma série de confrontos, em praça pública, entre trabalhadores e trabalhadoras e policiais.

O movimento continua até o dia 27 de março, quando os trabalhadores e trabalhadoras resolvem aceitar a proposta feita pelo patronato, que estabelecia o prazo de 45 dias para negociação de um piso satisfatório.



NASCEM A CUT E O PT

A insubordinação dos sindicatos e o crescimento do movimento grevista, que continuam nos anos 80 do século XX, tiveram, então, como grande elemento aglutinador da classe trabalhadora, a questão

salarial. A inflação crescente combinada ao baixo rendimento dos salários deteriorava as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, que viam o seu poder de compra diminuído a cada mês.

É nesse momento de agitação e de organização dos trabalhadores e trabalhadoras que surgem a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

É o começo de uma nova forma de sindicalismo.

O PT surge como instrumento necessário de organização e de luta dos trabalhadores e trabalhadoras na política nacional. Contudo, sempre articulado a outras formas de luta organizada como os sindicatos e demais associações populares. A participação dos sindicalistas é o elemento fundamental para a formação e a caracterização do partido.

Segundo Ozai da Silva (2000), essa afirmação pode ser feita com base na análise da formação da pri-

meira Comissão Nacional Provisória, de 1979, que era composta por 12 dirigentes sindicais, dos 16 membros que a compunham.

O contexto de formação do Partido dos Trabalhadores, no começo de 1980, tem como pano de fundo o crescimento dos movimentos sociais organizados no Brasil e as intensas lutas dos operários do ABC paulista, que colocavam em questão o regime de governo autoritário dos militares.

O PT levanta bandeiras que extrapolavam as questões salariais e que visavam transformações políticas e sociais bastante profundas...

... Fica demarcada fortemente, nesse período, uma tendência ideológica socialista que se baseava, de forma clara, em um projeto político anticapitalista.

Este clima e este posicionamento do PT de busca da democracia plena, exercida pela massa organizada e participativa, está gravado em seu ma-

nifesto de fundação.

Nele estão afirmadas as ideias básicas de um projeto que visa a construção de:

*“uma sociedade igualitária, sem explorados nem exploradores”.*⁵³

CUT: central herdeira de duas décadas de lutas

A CUT, criada em 1983, ainda no Regime Militar, aglutinava as correntes sindicais mais ativas, fazendo frente às políticas de degradação das condições de vida da classe trabalhadora. Estabelece-se,

nesse período, como uma importante organização política e social, fazendo forte oposição ao governo Figueiredo e depois ao governo Sarney.

A CUT tornou-se o inimigo número um das políticas governistas e se firmou como a Central que aglutinava o maior número de entidades filiadas.



⁵³ Cf. SILVA, 2000.

A ascensão da CUT, nos anos 1980, assim como o crescimento do PT, na esfera da política institucional, é impulsionada pelo momento histórico-

-político de grandes transformações, com o fim da Ditadura e com a crise do Estado e da economia, hiperinflacionada.

O sindicalismo do Brasil, nos anos 1980, inovava nas suas reivindicações pela criação das comissões de fábrica e desafiava o capital, que procurava a manutenção do controle sobre o trabalho no lugar da produção.

O sindicalismo combativo colocava em questão o controle exercido durante todo

período de implantação do capitalismo industrial no Brasil.

A CUT, composta nesse período pelas correntes sindicais mais ativas, teve grande expressividade no movimento operário dos anos 1980, organizando as GREVES GERAIS em oposição às políticas adotadas pelo governo brasileiro.

Adotava uma postura oposicionista, franca e direta, de maneira a construir uma estratégia sindical

combativa em relação às políticas pró-monopolistas, pró-imperialistas e pró-latifundiárias do governo.

As greves gerais arquitetadas pela CUT resultaram em fortes movimentos de contestação e foram de grande importância política, enquanto forma de organização unificada dos trabalhadores e trabalhadoras. Ao todo, foram quatro greves gerais nesse período.

- **A PRIMEIRA ACONTEceu EM 1983**, em pleno Regime Militar. Protestava contra um decreto que modificava a política salarial, tendo a participação de dois a três milhões de trabalhadores e trabalhadoras.
- **A SEGUNDA ACONTEceu EM 1986**, em protesto contra o Plano Cruzado II, particularmente, contra o fim do congelamento de preços.
- **A TERCEIRA REALIZOU-SE EM 1987**, contrapondo-se ao Plano Bresser. Tinha como motivação as modificações nas políticas salariais, mas o movimento dava, também, ênfase a palavras de ordem como: **não ao pagamento da dívida externa, reforma agrária, semana de quarenta horas e estabilidade de emprego.**

→ **A QUARTA ACONTECEU EM 1989**, protestando contra mais um plano de estabilização do governo, o Plano Verão, que modificava a política de indexação dos salários. O número de grevistas dobrou, em relação à de 1987, chegando a vinte milhões de trabalhadores e trabalhadoras.⁵⁴

Essa última greve também contou com a participação ativa de vários setores: metalúrgicos, químicos, petroleiros, OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA (federal e estadual), entre outros.

A principal característica da greve foi a de ser uma reação ofensiva da classe trabalhadora brasileira, para se contrapor às investidas do capital e conquistar direitos.

Nesse período, de acordo com Alves (2000), o sindicalismo brasileiro caminha na contramão dos sindicatos no resto do mundo, inclusive em relação a alguns países na América Latina, como a Argentina. Enquanto nesses países, os sindicatos entravam em depressão por falta de participação e por perder poder político, no Brasil viviam o que se denominou a década de explosão do sindicalismo.

Com uma atuação política constante, a CUT procurou, na década de 1980, firmar um projeto de organização e ação dos trabalhadores e trabalhadoras, classificado como “sindicalismo defensivo”: mantendo uma **postura reivindicatória** e que tinha como principal instrumento de ação a **pressão e a greve**.

Com as mudanças políticas e econômicas ocorridas até o começo da década de 1990, com a implantação do modelo econômico neoliberal, a CUT procurou estabelecer, após o seu IV Congresso, realizado em São Paulo, em 1991, uma ação estratégica mais propositiva.

Passou a elaborar propostas de políticas que poderiam ser discutidas em fóruns que contassem com a presença de representantes não só dos sindicalistas, mas também do governo e do empresariado.



⁵⁴ Cf. BOITO, 1999.

A DIVISÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

Antes de prosseguirmos, é importante destacar a criação das duas outras centrais sindicais neste período: Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Força Sindical.

O NOME DE CGT já tinha sido usado várias vezes na história do sindicalismo brasileiro. Em seu site⁵⁵, há um histórico desta sigla. A primeira vez, no Brasil, ela foi usada em 1929. Em 1946, foi recriada a Confederação Geral dos Trabalhadores; em 1962, a sigla parecida passou a indicar o Comando Geral dos Trabalhadores, que foi esmagado pelo golpe de 1964. Em 1986, foi criada a Central Geral dos Trabalhadores (início da reestruturação) e, em 1988, nascerá, com a mesma sigla, a Confederação Geral dos Trabalhadores. Na prática, ela congregou os antigos dirigentes sindicais do tempo da Ditadura e algumas correntes políticas de esquerda, mas que não concordavam com o combativismo da CUT.

A FORÇA SINDICAL,⁵⁶ segundo informações em seu site, foi criada em 1991 a partir de Congresso em

São Paulo. Surge a partir de críticas ao sindicalismo em curso no Brasil. De um lado, a crítica recaía sobre um sindicalismo de “radicalismo estéril” (crítica dirigida, em especial, à CUT) e, por outro, sobre um sindicalismo de “conformismo paralisante” (mais dirigida à CGT).

A superação dessas formas de sindicalismo seria possível na medida em que se lançasse “o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros à modernidade”.⁵⁷ O discurso da modernidade da Força Sindical se afina perfeitamente ao dos grandes empresários, o neoliberalismo. Na prática, a Força Sindical, sob a direção de Luiz Antônio Medeiros, torna-se um interlocutor confiável para os patrões. Sua força não vem das lutas operárias por democracia, mas do apoio da mídia e do poder econômico.

Na década de 90, duas centrais sindicais mostram capacidade de ação política.

DE UM LADO, A CUT, em defesa de uma sociedade igualitária, oferecendo resistências à implantação do neoliberalismo.

DE OUTRO, A FORÇA SINDICAL, em defesa do capitalismo, apoiando a instalação do projeto neoliberal.

⁵⁵ Site: www.cgt.org.br

⁵⁶ Site: www.forcasindical.org.br

⁵⁷ Idem

BALANÇO

Mesmo que o processo de surgimento e desenvolvimento do NOVO SINDICALISMO:

“não tenha sido suficiente para desmontar totalmente a estrutura sindical corporativa erigida desde a década de 30, tendo em vista que suas bases fundamentais - como o imposto sindical, o monopólio da representação pelo sindicato, o princípio da unicidade sindical e a estrutura confederativa - foram mantidas, ele permitiu um significativo aumento da liberdade de organização e ação sindical. Na verdade, embora a proposta pela qual os setores de ponta do sindicalismo vinham lutando ao longo de todos esses anos - de superação da estrutura sindical corporativa e de sua substituição por uma institucionalidade sindical democrática, baseada no contrato coletivo de trabalho - tivesse sido derrotada pelo empresariado e pelos setores mais conservadores do próprio movimento sindical, suas lutas deixaram marcas profundas”⁵⁸

Pode-se afirmar, nesse sentido que:

“o movimento sindical brasileiro esteve na contramão da tendência histórica predominante durante a década de 1980, ao conquistar uma capacidade de intervenção política inédita na história do país, quando, em nível internacional, os sindicatos viviam um processo generalizado de enfraquecimento.”⁵⁹

Essa resistência dos trabalhadores e trabalhadoras ia de encontro às políticas de exploração do trabalho estabelecidas pelo capital industrial brasileiro da época, que se utilizava dos baixos salá-

rios como principal elemento da competitividade da indústria nacional. Com isso, conseguia colocar seus produtos no mercado a um preço menor que os internacionais.

O aumento de salário requerido pelos trabalhadores e trabalhadoras, portanto, não era um bom negócio para o capital.

⁵⁸ LEITE, 1997, p. 17.

⁵⁹ Idem.

A REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL

Apesar do crescimento e da força do movimento operário dessa época, a classe trabalhadora, sobretudo o operariado fabril dos anos 1980, começava a sofrer as transformações nas relações de trabalho e de produção que sinalizavam para transformações que iriam reestruturar o processo produtivo fabril.

Essa reestruturação tinha como um de seus principais aspectos a inserção de novas tecnologias, que visavam:

- à diminuição quantitativa da exploração da força de trabalho, isto é, redução do emprego;
- à verticalização da exploração qualitativa, isto é ampliação da mais-valia extraída de cada trabalhador.

A restruturação produtiva se tornou um dos elementos mais importantes da constituição da hegemonia do capital sobre o trabalho nas décadas de 1980 e 1990 do século XX.

Essa reestruturação produtiva do capital que começava a se desenhar no Brasil, na década de 1980, já estava em pleno vapor nos países de centro da economia capitalista. Ela reordena a organização e a gestão da produção fabril que, até então, estavam totalmente montadas nos moldes do esquema de produção **TAYLORISTA/FORDISTA**. Nesse modelo, o descontenta-

mento e a organização dos operários era crescente, colocando em risco o processo de acumulação e reprodução do capital.

Para os capitalistas, esse era o começo da implantação da acumulação flexível baseada no **TOYOTISMO**, organização do processo produtivo criada no Japão e exportada como modelo para os demais países capitalistas.

O toyotismo ganha força no Brasil a partir dos anos 1990, com a abertura e a liberalização da economia realizada por Fernando Collor de Mello.

**Esse novo arranjo do capital
encontra uma força de trabalho organizada,
que procurava resistir à ação avassaladora do capital.**

Uma das formas de resistência foi a proposição da **instalação das COMISSÕES DE FÁBRICA** e a **intervenção sindical no processo de decisão** da inserção de novas

tecnologias no processo produtivo. O objetivo era minimizar os danos e os prejuízos que o operariado sofreria com esse novo modelo de produção.



Mas o ritmo de instalação das novas tecnologias foi bastante forte e agravado pela falta de condição e de tempo que os trabalhadores e trabalhadoras tinham para se contrapor a esse movimento. Nos países de pri-

meiro mundo, esse movimento seguiu um processo, temporalmente, mais lento, possibilitando a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, concomitantemente às transformações.

No Brasil, as transformações aconteceram rapidamente, com a reformulação tecnológica de parques industriais, em pouquíssimo tempo.

Devemos lembrar que, o período de 1980 a 1990 é marcado pelo fim da ditadura militar (1985) e pela instalação de um governo civil, proclamada como a retomada da democracia no Brasil.

Por outro lado, a década foi, também, um período de inflação muito alta e de recessão econômica, com aumento do desemprego, fatores que colaboraram para uma diminuição das ações reivindicatórias dos trabalhadores e trabalhadoras, pressionados pelo crescente desemprego estrutural.

Um dos mais importantes fatos desse momento foi, sem dúvida, o processo eleitoral que elegeria,

pelo voto direto, o novo presidente do Brasil. Em 1989, tivemos o confrontamento, no segundo turno, de duas frentes bastante diferentes. Uma que tinha como candidato Luís Inácio "Lula" da Silva, ex-líder operário e um dos fundadores do PT, que contava com o apoio de uma ampla gama de organização dos trabalhadores e trabalhadoras, sindicatos e demais organizações. Do outro lado, Fernando Collor de Melo, candidato "fantoché" criado pela burguesia e pelo poder político conservador e demais larápios nacionais, com amplo e irrestrito apoio da imprensa nacional (leia-se *Rede Globo*).

**O desfecho não poderia ser pior:
Collor de Melo é eleito presidente
com o discurso da necessidade da abertura econômica.**

Logo, Collor dá os primeiros passos para liberalização da economia:

- **Implanta a política de importação de bens de consumo e de produção**
- **Inicia o processo de privatização das empresas estatais brasileiras**

**Dois anos depois, tem o mandato cassado por corrupção.
Mas o estrago já estava feito.**

É claro que os prejuízos desse processo foram transferidos para a classe trabalhadora.

Mais uma vez, os trabalhadores e trabalhadoras se viram arcando com o ônus necessário a ser pago para o "bom desempenho" dos indicadores da

economia nacional, agora na era da mundialização dos capitais.

Nesse quadro, a situação do movimento operário muda, significativamente, com a chegada do LIBERALISMO, nos anos 90.

"A política econômica neoliberal inaugurada pelo governo Collor em 1990 jogou o país numa profunda crise recessiva, aumentando de maneira extremamente rápida os níveis de desemprego no país, ao mesmo tempo em que, ao abrir abruptamente a economia brasileira, forçou as empresas a acelerar seus processos de reestruturação produtiva, gerando novos desafios para os quais o movimento sindical, de maneira geral, não se encontrava preparado".⁶⁰

A partir de 1994, com a eleição de **Fernando Henrique Cardoso**, para presidente da República a política adotada foi de continuidade das políticas neoliberais iniciadas por Collor .

Agora, o governo se empenha em seguir a “cartilha” do Fundo Monetário Internacional:

- ✓ **Privatização as empresas estatais**
- ✓ **Diminuição dos gastos na esfera social**
- ✓ **Compromisso com as transformações estruturais do processo de produção capitalista em nível mundial**

Com as dificuldades políticas e econômicas conjunturais locais, tem-se um **aumento da miserabilidade** de grande parcela da população brasileira.

Neste novo contexto de reestruturação do capital mundial, houve **UM NÚMERO CRESCENTE DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS BRASILEIROS VIVENDO O DRAMA DO DESEMPREGO**, um fenômeno

que afetou e afeta, sobretudo, as regiões de grandes indústrias.

Mas que tem reflexos, também, noutras regiões e setores do país, devido à implantação de políticas econômicas que abrem o mercado brasileiro para produtos externos, diminuindo o consumo de produtos internos e desencadeando um processo gerador de mais desemprego.

Consequentemente, mais trabalhadores e trabalhadoras buscam na informalidade formas de ocupação.

A implementação, pelo governo FHC, de um modelo político econômico centrado no neoliberalismo,

tornou a relação entre capital e trabalho mais injusta no Brasil, favorecendo sobremaneira o primeiro.

Montado no discurso de geração de postos de trabalho, as ações do governo procuraram estimular o surgimento de relações de produção, que se contrapunham às leis trabalhistas vigentes.

⁶⁰ LEITE, 1997, pp. 17-18.

A criação de contratos temporários deixou o trabalhador e a trabalhadora desprovidos de qualquer direito, impedindo o acesso a qualquer benefício estipulado por lei.

Foi uma imposição do projeto neoliberal com único resultado de baratear o custo do trabalho para o capital.

As transformações do modo capitalista de produção de cunho neoliberal procuraram, dentre outras ações, acabar com os “entraves” gerados pelas

leis trabalhistas na relação capital/trabalho. Foi criada uma nova terminologia para disfarçar a realidade: flexibilização.

Esta FLEXIBILIZAÇÃO garante às empresas uma grande “flexibilidade” no uso e desuso da força de trabalho, sem impedimento legal e reduzindo a contestação no campo institucional formal por parte dos sindicatos.

As ações das instituições governamentais revelaram a face intervencionista do **Estado que, de acordo com os princípios liberais, não deveria intervir no movimento do mercado.**

Mas o faz, desde que seja para utilizar o poder

político institucional para a otimização das condições de reprodução do capital.

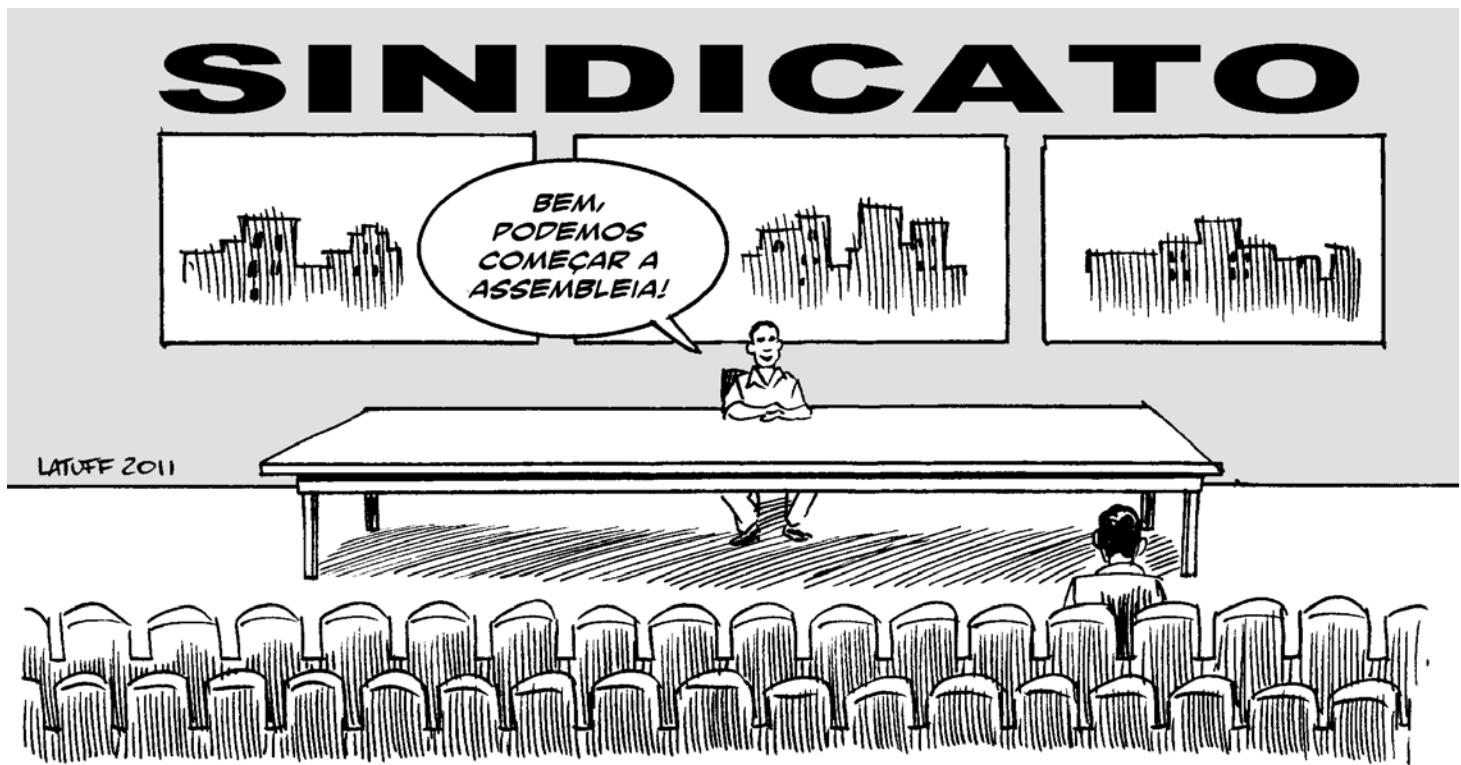
Nesse período, ficou evidente **outra contradição** na forma de atuação do Estado, no trato das questões relativas ao trabalho e à economia informal.

Enquanto...

o discurso oficial pregava a regularização e a regulamentação dos trabalhadores e trabalhadoras e das transações econômicas informais,

o discurso ideológico que sustentava as ações governamentais estava fundado no liberalismo econômico, que tem como diretriz a **desregulamentação**, que precariza o emprego e, consequentemente, reduz o poder de luta organizada da classe trabalhadora.

**Isso se refletiu
no esvaziamento dos sindicatos.**



PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O desemprego crescente colabora para a degradação das condições de trabalho daqueles que continuam formalmente empregados.

Os que continuam formalmente empregados pas-

sam, neste contexto de **precarização das relações de trabalho**, a sofrer pressões sobre os seus salários e seus direitos trabalhistas, denunciados como obstáculo à expansão do emprego formal.⁶¹

O crescente desemprego e a precarização do trabalho, longe de serem vistos como uma anormalidade pelas forças econômicas e políticas dominantes, são vistos, até pelos discursos oficiais, como consequências naturais da nova ordem política e econômica.

⁶¹ Cf. SINGER, 1998.

Pautado em pressupostos liberais, o governo FHC sempre procurou justificar a aceitação do crescimento contínuo da precarização das relações de trabalho, alimentando uma polí-

tica de desregulamentação do mercado, como forma de evitar o aumento do desemprego. A alternativa só poderia ser conseguida com o crescimento econômico.

Neste sentido, os pronunciamentos e as atitudes tomadas pelo governo foram de estimular a **informalidade e a precarização** do trabalho. Esse fato pode ser constatado analisando os projetos que...

- ✓ visavam modificações nas leis que regiam os contratos de trabalho
- ✓ permitiam que houvesse contratos de trabalho que não atendiam aos princípios da legislação

...ampliando as condições para a exploração da força de trabalho, **contando, muitas vezes, com a participação de algumas organizações sindicais**.

Desta forma, fica evidente o desmonte do já insuficiente aparato institucional de proteção ao trabalhador e à trabalhadora, frente às “intempéries” do mercado e das investidas extremas de espoliação dos empregadores.

Esta situação demonstra o poder de influência da classe dominante sobre os aparelhos do Estado, que se reconfiguram, modificando a legislação ou mesmo

desobedecendo-a, para melhor colaborar com o atual contexto organizativo do capital.

O mesmo Estado que, em outros momentos, procurou mostrar-se como mediador imparcial frente ao confronto capital/trabalho, corrobora, sem disfarce, com o capital.

Esses são os marcos da nova situação:

- **Crescimento do desemprego**
- **Trabalho informal**
- **Desregulamentação**
- **Desmantelamento do aparato institucional que garantia alguns direitos básicos à classe trabalhadora...**

Essa nova realidade nos permite entender o desgaste e a fragilidade das formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Fragilidade dos sindicatos que organizam, representam e defendem os direitos de determinada categoria.⁶²

Combinada à terceirização e ao desemprego, a precarização torna-se um elemento corrosivo da base sob a qual se assenta a legitimidade e representação dos sindicatos.

Por serem reconhecidamente institucionais, os sindicatos trabalham dentro de normas que não

permitem, ou não tornam interessante, organizar os trabalhadores e trabalhadoras que estão fora do mercado de trabalho formal, seja pelo desemprego ou pela informalidade.

Como instituição, os sindicatos estão fracionados para representar as diferentes categorias, organizando, em tese, estes trabalhadores e trabalhadoras, também legalmente contratados como uma força conjunta, frente ao capital. Logicamente, temos que considerar a fragmentação existente entre os sindicatos instituídos de acordo com a categoria de trabalho.

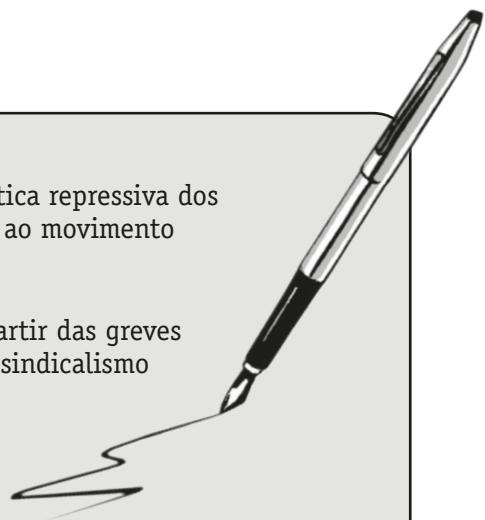
⁶² Os sindicatos passam a lutar muito mais para a manutenção do emprego do que por melhorias nas condições de trabalho e de salário. Há uma preocupação maior em reintegrar o desempregado ao mercado de trabalho, e não um projeto de organização dos trabalhadores e trabalhadoras para o enfrentamento da política econômica.

Os sindicatos acabam por representar um fragmento de determinada categoria, não toda.

Esta fragmentação colabora para que os problemas enfrentados por determinada categoria pareçam não dizer respeito a outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras. Por vezes, isso impede a participação conjunta de toda a classe trabalhadora em suas reivindicações.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 A partir do texto e de outras leituras, como podemos definir a prática repressiva dos governos militares frente aos movimentos sociais e, em particular, ao movimento sindical?
- 2 O que significou o “novo sindicalismo” que desponta no Brasil a partir das greves de 1978? Quais as principais diferenças que apresentava frente ao sindicalismo anterior?
- 3 Qual o contexto do surgimento da CUT e as suas bases de atuação nas décadas de 1980 e 1990?
- 4 Qual foi o papel das greves na estruturação e no desenrolar do “novo sindicalismo”?
- 5 A partir das considerações sobre a origem do PT, é possível a relação do pensar e do fazer o movimento sindical com o pensar e o fazer da luta político-partidária? Por quê?
- 6 Como se processou, no Brasil, a reestruturação produtiva capitalista que inicia na virada da década de 1980 para 1990 (a chamada política econômica neoliberal)?
- 7 O que mudou, na atuação do governo e na situação do movimento operário, com o governo Lula?
- 8 O que se pode esperar da segunda década do século XXI?



CAPÍTULO 6

O movimento sindical nos estados

O movimento sindical nos estados

Sobre o movimento sindical nos estados, propomos uma tarefa aos(as) participantes do Programa de Formação: ESCREVER A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL NO SEU ESTADO.

A nossa história de luta precisa ser contada e sistematizada. Sendo assim, como tarefa deste Programa, apresentamos o desafio para cada participante, de escrever a história do movimento sindical no seu estado. Fazer um resgate no tempo e no espaço das conquistas

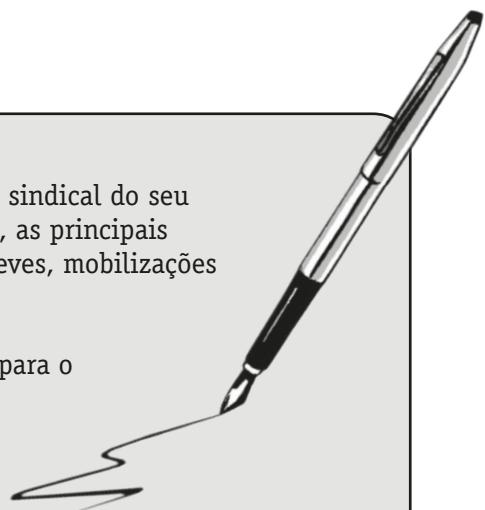
e avanços dos trabalhadores e trabalhadoras.

A história escrita por cada trabalhador e trabalhadora, do seu estado, vai contribuir para a construção da história dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o país.

Para orientar sugerimos um roteiro de perguntas e pesquisas que poderão ajudar no início do trabalho, deixando cada um e cada uma livre para adotar, também, seus próprios instrumentos de pesquisas.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Cada participante deve fazer um resgate da história do movimento sindical do seu estado, contemplando as origens históricas do movimento sindical, as principais categorias, os principais patrões, os principais confrontamentos: greves, mobilizações etc.
- 2 Qual a importância do resgate dos movimentos sociais na história para o entendimento do sindicalismo no seu estado?
- 3 Quais as influências no “novo sindicalismo” para a construção sindical no seu estado?
- 4 A história do movimento sindical no seu estado pode ser compreendida na relação com a história do movimento sindical nacional?
- 5 Como se deu o surgimento da CUT no seu estado?
- 6 Quais os instrumentos necessários e possíveis para enfrentar os desafios que se colocam para o movimento sindical no seu estado? Quais as principais bandeiras?
- 7 Quais os principais confrontamentos?



CAPÍTULO 7

A participação da mulher

A participação da mulher

Falar sobre a mulher e sua participação em movimentos sociais e populares, em geral, e em sindicatos, em particular parece-nos importante, pois contempla a diversidade que marca a formação e a história da classe trabalhadora.

Por outro lado, esse destaque sublinha o silêncio

da história frente à participação da mulher, uma vez que a historiografia dedicou-se à história dos homens, primordialmente.

É claro que a mulher sempre participou e esteve presente na sociedade.

Mas para ser reconhecida como sujeito histórico-social, tanto pelas mulheres quanto pelos homens, foi necessário a saída da mulher de casa, dos afazeres domésticos, para as atividades públicas, entre elas o trabalho industrial.

O não reconhecimento de seu trabalho, como construção histórica de homens e mulheres, foi, paula-

tinamente, quebrado com a luta das mulheres, dentro e fora de casa.

Também como introdução, vale destacar a fala de uma mulher assentada no Pontal do Paranapanema:

"Quando você vai vendo as dificuldades da vida, vê teu filho que precisa de um sapato e você não tem meio de dâ, precisa de um agasalho e não tem da onde tirá. Aí parece que vem brotando uma força dentro da gente e a gente se torna uma nova pessoa. Aquela uma morre. Você esquece daquela e renasce uma com força de lutá, com vontade de vencê, de vê as coisa melhorá. É assim que eu comecei minha vida, porque eu era uma 'barata tonta' ".⁶³

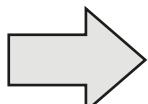
Talvez essa sensação de "barata tonta" tenha permeado a vida das mulheres que descobriram que, além das tensões e conflitos entre trabalhadores e trabalhadoras e patrões, sem-terra e latifundiários...

... suas vidas também sejam perpassadas por tensões e conflitos entre mulheres e homens.

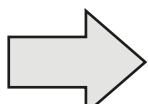
Tensões e conflitos que, obviamente, apresentam diferenças entre as mulheres da classe dominada e as da classe dominante. As mulheres sempre tiveram papel importante nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras durante a história, mesmo que, nesta mesma história (escrita por homens, em grande medida), ela quase não apareça.

⁶³ In: ARAUJO, 1989, p. 21.

O domínio do homem sobre a mulher é antigo



NA GRÉCIA ANTIGA, mulheres e escravos tinham posição equivalente na sociedade. Nem um nem outro participavam da democracia grega: **à mulher cabia a função da reprodução e dos cuidados ligados à subsistência dos homens** (na Grécia Antiga só participavam da democracia os homens gregos e proprietários). Também na Roma Antiga, o poder do homem era legitimado pelo *paterfamilia*.



NA IDADE MÉDIA, mesmo desempenhando papéis importantes na família e por extensão na sociedade, principalmente quando os homens se ausentavam longamente para as guerras ou para a vida monástica, a sua representação era de uma pessoa frágil e indolente que, entre bordados e suspiros, aguardava seu cavaleiro andante. Nesse período, as mulheres sofreram uma das maiores perseguições da história: a **“caça às bruxas”**. Através da Inquisição, a Igreja liderou o massacre que se estendeu por vários séculos.

Dados comprovam que de cada dez pessoas queimadas, nove eram mulheres.

Há referências de que em determinadas regiões, no século XIV, em um único dia, foram executadas 3.000 mulheres.⁶⁴

Mulheres como JOANA D'ARC representaram uma resistência gigantesca contra os pre- | ceitos e práticas de uma sociedade que, além de desigual, era machista.

Mesmo optando pela guerra e chefiando exércitos, buscando salvar a França contra os ingleses na Guerra dos 100 anos, Joana D'Arc foi acusada de feitiçaria.

Ainda no século XVI, o papel da mulher se restringia à família, imposto, sobretudo pela Igreja, as Monarquias e a burguesia ascendente.

Mesmo assim, mulheres das classes mais elevadas (nobreza e burguesia) buscavam romper com algumas limitações.

⁶⁴ Cf. MONTEIRO; ALVES, 1998.

Foi o caso da francesa Olympe de Gouges que lançou, em 1791, em Paris, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.

Foi, por sua audácia e coragem, condenada à morte e guilhotinada.

A declaração faz parte do período da Revolução Francesa que, em termos políticos e jurídicos, representou a derrota das relações que imperavam no feu-

dalismo. Colocava-se a hegemonia da burguesia frente à nobreza e ao clero. Em outras palavras, economicamente, era a consolidação do capitalismo.

Percebemos, assim, que o...

"aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma defasagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo, progressivamente, marginalizada das funções produtivas, ou seja, perifericamente situada de produção".⁶⁵

O capitalismo, agora se constituindo como um novo modo de produção, apresentava a burguesia como classe dominante e o proletariado, e também os camponeses, como classe do-

minada. Com jornadas de trabalho altíssimas, que chegavam até a 18 horas por dia, homens, mulheres e crianças eram super explorados, com salários baixíssimos.

Os patrões passaram a preferir as mulheres e as crianças aos homens (porque pagavam menos), o que gerou movimentos machistas contra o ingresso das mulheres nas frentes sindicais.

⁶⁵ SAFFIOTTI, 1976, p. 35.

Contrapondo-se a esse movimento, Jeanne Deroin e Flora Tristan, líderes operárias na França...

... "instigaram as mulheres a se organizarem na defesa dos seus direitos e desenvolveram um trabalho de esclarecimento junto às organizações operárias masculinas, alertando-as sobre a exploração comum a toda a classe trabalhadora. Desse movimento surgiu a ideia da União das Associações de Trabalhadores e trabalhadoras, semente das federações e centrais sindicais".⁶⁶

**Nos séculos XIX e XX,
grandes lutas foram desencadeadas pelas mulheres:
✓ por melhores condições de trabalho e
✓ pelo direito à cidadania:
(direito ao voto feminino, à educação etc.)**

**As duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945)
foram responsáveis, em parte, pelos espaços ocupados
no mercado de trabalho pelas mulheres.**

Nessa ocasião, foi constatada a aptidão feminina para o exercício de diversas funções. Mas, com o final da guerra e o retorno dos braços masculinos, foi reativada a valorização da mulher no espaço doméstico, retirando-a do mercado de trabalho.

NOS ANOS 1970, o movimento feminista resurgiu com nova perspectiva e inegável força política. As organizações passaram a desenvolver atividades permanentes de debates, pesquisas, cursos, publi-

cações, além de participarem de campanhas de massa em conjunto com outros grupos desclassificados.

Pela sua atuação, o movimento feminista alcançou, nas últimas décadas, a formação de uma consciência a respeito da condição das mulheres, ampliando seu espaço em nível político, científico e nos meios acadêmicos.

Nesses dois últimos séculos, no entanto, na maioria dos países e sindicatos, a participação da mulher foi menor que a dos homens.

⁶⁶ MONTEIRO; LEAL, 1998, p. 13.

A participação relativa da mulher em sindicatos, entre os anos de 1896 a 1932⁶⁷

Alemanha

Em 1896 era de menos 5%
 Em 1913, de 9%
 Em 1919 havia subindo para 21%

França

Em 1900 foi de 5,7%,
 Em 1911, de 9,7%

Estados Unidos

Em 1910 foi de 3,5%
 Em 1920, de 8%

Rússia

Em 1917, foi palco da Revolução Socialista

- ✓ No dia 8 de Março de 1917, operárias russas iniciaram uma greve que serviria de estopim da Revolução
- ✓ Em 1919, a 3ª Internacional instituiu o dia 8 de Março como Dia Internacional das Mulheres

Em 1929, as mulheres participavam de 29,7% das filiações nos sindicatos

Já na Inglaterra, “a sindicalização feminina atingiu níveis bem mais baixos. A primeira tentativa séria de organizar as mulheres inglesas em sindicatos foi empreendida por Emma Paterson, no período 1874-6. Apoiado desde o início pelas organizações dos operários mais explorados, o movimento em prol da aber-

tura dos sindicatos às mulheres recebeu vigoroso impulso com a formação, em 1906, da Federação Nacional das Mulheres Operárias. O Sindicato das Mulheres batalhou de elevar o número de mulheres sindicalizadas, chegando estas a representar, em 1918, 18,5% do total de sindicalizadas”.

*“A fraca participação da mulher nos sindicatos das economias capitalistas encontra explicação, de um lado, nas próprias características fundamentais dessa mão de obra dividida entre o lar e o trabalho e, de outro, na maneira pela qual é encarado o trabalho feminino que pela sociedade, quer pela própria mulher”.*⁶⁸

⁶⁷ Cf. SAFFIOTI, 1976.

⁶⁸ SAFFIOTI, 1976, pp. 60-61.

Portanto:

*“a atuação das organizações sindicais femininas reflete, pois, a dualidade da posição da mulher nas sociedades competitivas. A hierarquização dos sexos na família, impedindo ou pelo menos dificultando a atuação sindical da mulher, acaba por reforçar a discriminação social de que é alvo. A expulsão das mulheres da estrutura ocupacional alivia as tensões geradas pelo excesso de mão de obra no mercado de trabalho, mantendo economicamente inativos imensos contingentes femininos que, a qualquer instante, a sociedade poderá mobilizar. E o processo de marginalização da mulher na estrutura de classes, justificando-se através do ‘complexo de masculinidade’ e da mística feminina, utiliza tanto o homem quanto a mulher como veículos mais ou menos inconscientes da exploração de sua própria força de trabalho nas sociedades de classes”.*⁶⁹

Se a participação da mulher em sindicatos foi, historicamente, menor que a participação dos homens, isso não significa que em algumas cate-

gorias elas não sejam a maioria. Isso dependerá de cada atividade e do conteúdo do trabalho e da produção.

É necessário ressaltar, no entanto, que as diferenças entre a participação das mulheres e dos homens nos sindicatos devem considerar a dupla, e até a tripla, jornada de trabalho feminino.

Por isso:

Se ainda hoje, em muitos sindicatos, os homens são a expressiva maioria, devemos considerar, que também esses homens ainda dividem as atividades entre os sexos à la Grécia Antiga.

Lá, as mulheres, junto com os escravos, cuidavam dos filhos e da casa, enquanto os homens ricos participam da vida pública. E aqui e agora?



⁶⁹ SAFFIOTTI, 1976, p. 65.

BRASIL

Nos documentos históricos oficiais tem-se o registro da participação de mulheres negras e brancas em rebeliões e lutas políticas.

Nos séculos XVIII e XIX, na luta contra a escravidão e pela liberdade, registrou-se a presença de lideranças femininas. Destacam-se:

- **TEREZA**, do Quilombo de Quariterê, em Mato Grosso
- **ZEFERINA**, no Quilombo de Urubu, na Bahia
- **FELICIDADE, LUDOVINA, GERMANA e TEREZA** participaram da revolta das armações de pesca em Tapoã, também na Bahia.⁷⁰

Outra forma de resistência das mulheres negras foi a utilização do aborto quando engravidadas pelos senhores de escravos.

A presença feminina na luta contra a escravatura perdurou por décadas, contando com o apoio de mulheres brancas abolicionistas. A proclamação da lei de liberação dos negros (1888) e o crescimento da indústria (final do século XIX e início do século XX) exigiram que os patrões buscassem braços para o trabalho operário entre mulheres e crianças.

Os imigrantes que chegavam da Europa, esposas, filhas e irmãs, passaram a integrar o contingente do

operariado brasileiro e não escaparam à exploração perversa vivida pelas operárias do mundo industrializado: salários aviltantes e jornadas de trabalho estafantes. Além de mãe e doméstica, assumiriam, igualmente, a tarefa de colaborar com a manutenção da família.

No seio do movimento operário, as mulheres também participaram dos piquetes e greves, denunciando maus tratos, sendo, por isso, demitidas e perseguidas.

Somam-se às reivindicações por melhores salários, movimentos contra a violência sexual e pelo fortalecimento da consciência política.

⁷⁰ Cf. MONTEIRO; LEAL, 1998.

Em 1906, no Rio de Janeiro, realizou-se o 1º Congresso Operário Brasileiro. Nas conclusões, ficou registrada a necessidade de organização das mulheres em sindicatos de resistência. **A luta foi pelo término do turno noturno e pela redução da jornada de trabalho das mulheres, que, à época, chegava a 16 horas diárias de trabalho.**

Em 1920, o 3º Congresso Operário Brasileiro determinou que os movimentos sindicais se abrissem para a presença da mulher e que investissem em sua educação sóciopolítica. Foram denunciadas as brutalidades dos patrões e chefes de serviço, ficando como bandeiras de luta o fim do trabalho noturno para mulheres e salários iguais.⁷¹

Durante o primeiro governo de Getulio Vargas, em 1933, foi eleita a primeira deputada, Carlota Pereira Queiroz.

Em 1934, na Assembleia Constituinte, algumas bandeiras de luta foram asseguradas:

- ✓ **Princípio de igualdade entre os sexos**
- ✓ **Direito ao voto feminino**
- ✓ **Regulamentação do trabalho feminino**
- ✓ **Equiparação salarial entre homens e mulheres**
- ✓ **Proibição do trabalho noturno**

No ano de 1935, a esquerda organizou a Aliança Nacional Libertadora. A ala feminina, criou o **Comitê da Mulher Trabalhadora**.

Mas, a repressão do Estado Novo, ditadura instalada em 1937, pelo próprio Getulio Vargas, a ascensão de

governos totalitários e a II Guerra Mundial, desencadearam um refluxo do movimento feminista.⁷²

**Nesse período,
Getulio Vargas deportou
Olga Benário Prestes,
(alemã e judia) e sua filha,
para os campos
de concentração nazistas,
onde Olga foi morta.**



⁷¹ Idem

⁷² Cf. MONTEIRO; LEAL, 1998.

Nos anos 1950, a presença efetiva das mulheres nos movimentos políticos foi marcante.

Por exemplo: luta pela paz e pela anistia, contra a carestia, pelas conquistas trabalhistas, pela proteção à infância e contra o trabalho do menor. As mulheres também participaram da greve dos ferroviários, assumindo papéis importantes.

- Em 1953, as mulheres se organizaram **Contra a Carestia** e realizam a Passeata da Panela Vazia. Outros movimentos eclodiram. Estourou a **greve dos 300 mil**, que serviu de marco por um novo tempo e uma nova história sindical. A mulher passou a participar da vida dos sindicatos, assumindo os **Departamentos Femininos**.
- Em 1955, foi criada a primeira **Liga Camponesa**, no Engenho da Galileia, em Vitória de Santo Antão (Pernambuco), que reunia homens e mulheres em torno da problemática da reforma agrária.
- Em 1956, foi realizada, em São Paulo, a 1ª **Conferência de Mulheres do Setor Metalúrgico** da capital, quando foi aprovada a extensão dos benefícios da CLT às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais.

Com o golpe militar de 1964, as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras sofrem um novo refluxo.

A luta passou à clandestinidade. Mulheres foram atingidas. Muitas foram perseguidas, presas, torturadas ou até mortas.⁷³ Outras choraram por seus filhos e companheiros e continuaram sua luta nos bairros, nas fábricas, nas associações e sindicatos.

Mas, já nas décadas de 1970 e 1980,

retomou-se o processo de (re)organização do movimento feminista no Brasil.

Somou-se, às lutas por melhores condições de trabalho e igualdade sexual, a luta pela redemocratização do país.

⁷³ Entre as militantes presas e torturadas esteve a atual presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Sua eleição é um marco para a história da luta das mulheres no Brasil.

Foram discutidas questões, até então, abafadas: sexualidade, direitos reprodutivos, políticas públicas de gênero, direitos civis (no final dos anos 1980, o movimento feminista começou a defender o princípio de que mulheres e homens são diferentes, mas não desiguais).⁷⁴

No II CONCUT (Congresso Nacional da CUT), em agosto de 1986, foi fundada a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora, vinculada à direção da Central. Mais tarde se tornou nacional com o nome de **Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT)**.

A mulher representava, na época, 32% da força de

trabalho e se concentrava em atividades tidas como femininas. A CUT, como direção do movimento sindical, buscou manter uma política de conscientização e incentivo à participação da mão de obra feminina na luta geral da classe trabalhadora.

No IV CONCUT, foi aprofundada a discussão sobre as cotas de participação das mulheres nas instâncias de direção, além da aprovação da participação proporcional em todas as atividades de formação da CUT. Também foi lançada a proposta de organizar creches em todos os eventos sindicais.

Em 1994...

No V CONCUT, foi estipulado que 30% dos cargos na diretoria deveriam ser ocupados por mulheres.

Na década de 1990, redes temáticas foram instituídas, como:

- **Rede Nacional de Direitos Reprodutivos**
- **Rede Nacional Contra a Violência Doméstica e Sexual**

Essas redes contribuíram para o aprofundamento dos debates sobre o movimento feminista e fortalecimento dessa nova compreensão.

Percebemos que:

"A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea".⁷⁴

⁷⁴ Cf. ANTUNES; 1995, p.46.

"A classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, por isso, mais diversa, heterogênea e complexa.

Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero para si mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher".⁷⁵

As mulheres são as que mais se submetem a qualquer tipo de serviço, seja devido à necessidade de se tornar mais autônoma e inde-

pendente (do lar, marido ou pai) ou pela necessidade de aumentar o orçamento familiar e assim alimentar seus filhos. Por isso:

(...) "a nova coesão da classe explorada só poderá atingir-se através de lutas multinodais, que serão em boa parte travadas no interior dela mesma. E o movimento contra as discriminações raciais e sexuais é um aspecto fundamental deste processo. Por isso, e contrariamente ao que comumente afirmar-se, esses movimentos não são exteriores à classe trabalhadora. Tem repercussões profundas na construção de uma nova solidariedade de classe e, portanto, na contestação ao capitalismo".⁷⁶

Portanto, a não valorização da discussão das relações específicas de gênero nos sindicatos está fortemente relacionada com a própria lógica sindicalista de

não considerar os trabalhadores e trabalhadoras informais, parciais, o trabalhador e trabalhadora heterogêneo, o diferente.

A própria estrutura sindical trabalha com a padronização de trabalhadores e trabalhadoras de uma mesma categoria, imposta pela CLT.

⁷⁵ ANTUNES, 1995, p. 46.

⁷⁶ BERNARDO, 1997, p. 137.

A mulher,

“nesse ínterim sindical, ao se negar como mulher nega a própria individualidade e nega os mecanismo de emancipação em uma sociedade estruturada pelo patriarcalismo, fortemente influenciada pela Igreja Católica e demais segmentos opressores de minorias étnicas, raciais, indígenas, idosos. Dessa forma, a luta é contra o espaço criado para a mulher no lar, no mercado de trabalho, exercendo serviços precarizados e nos sindicatos exercendo cargos secundários”⁷⁷

“A saída seria voltar aos princípios de luta que move o sindicato no dia a dia e resgatar o sentido da luta de classe de diversos e desiguais, que lutam pela emancipação da classe trabalhadora”⁷⁷

Contudo, é necessário recolocar a questão da mulher, também no debate sindical. Se a **emancipação do gênero humano só é possível numa ação conjunta entre os homens e**

as mulheres que trabalham, contra a ação do capital, através da subordinação e do estranhamento, a luta das mulheres, por sua emancipação é, também:

“uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina, pois, uma sociedade sem classes não significa, direta e imediatamente, o fim da opressão de gênero”⁷⁷

A questão de gênero, assim como as questões étnicas, de orientação sexual e cultural (religiosa, simbólica, artística etc.), devem permear o cotidiano do movimento sindical. Não que sejam questões mais importantes que a relação capital/trabalho, os desafios, as tensões, as contradições entre trabalhadores e tra-

balhadoras, capitalistas e Estado.

Mas são questões que permeiam as relações diárias dos trabalhadores e trabalhadoras e, por isso, devem ser consideradas no meio sindical, até para não se reproduzir, ali, práticas e concepções machistas (de homens e de mulheres), preconceituosas, discriminadoras e racistas.

⁷⁷ BRUMATTI, 1999, p. 86.

Paciência Revolucionária

‘... tentar mudar o mundo
 é a nossa bandeira
 Mas, não é pra já...
 É luta pra vida inteira!’

Aroldo Pereira

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Por que, por muito tempo, pouco se escreveu sobre as mulheres na História?
- 2 Quais eram os papéis desempenhados pelas mulheres antes do capitalismo?
- 3 Qual era a condição da mulher com o advento do capitalismo?
- 4 Quais as dificuldades encontradas pelas mulheres, desde o advento do capitalismo, para a efetiva participação nas entidades sindicais? Atualmente, como as mulheres estão se colocando nestas entidades?
- 5 A discussão sobre relações entre mulheres e homens (poder, dominação, subordinação, igualdade, respeito etc.) pode ser também parte das discussões nos sindicatos?
- 6 As questões pertinentes ao gênero foram resolvidas com o mundo moderno e, hoje, neoliberal? Quais as formas de dominação que, atualmente, se colocam na relação entre homens e mulheres?
- 7 O que a eleição de Dilma Rousseff, uma mulher, ex-guerrilheira, presa e torturada pela ditadura, pode significar para a luta de emancipação das mulheres? Quais as limitações e possibilidades?



Mensagem da Direção da CNTE

Eis aqui o quarto fascículo do Eixo Concepção Política e Sindical.

**Neste texto, Introdução à História do Movimento Sindical,
a única pretensão é a de que seja instrumento
para que dirigentes sindicais possam fazer a leitura dos fatos sociais
com a devida informação que os encaminhamentos da luta requer.**

**Temos certeza de que todos(as) que estão envolvidos
nesta primeira Etapa deste Programa de Formação,
comungam da convicção da centralidade
da formação para a atividade sindical.**

**Investir na formação sindical dos trabalhadores
e trabalhadoras em educação, que atuam direta
ou indiretamente no movimento sindical, é apostar
em novas possibilidades para o futuro do sindicalismo
e do nosso país, com maior igualdade e justiça social.**

Esperamos que este fascículo tenha contribuído para estimular o debate entre os diferentes atores/sujeitos participantes do Programa, criando condições necessárias para que as nossas concepções aflorem, dialoguem, se confrontem e busquem, na diversidade, os elementos para uma ação unificada e fortalecedora da nossa identidade de classe.



Indicações de filmes



O que é Isso, Companheiro? (Brasil - 1997)

DIREÇÃO: Bruno Barreto

RESUMO: Em 1964, um golpe militar derruba o governo democrático brasileiro e, após alguns anos de manifestações políticas, é promulgado em dezembro de 1968 o Ato Constitucional nº 5, que nada mais era que o golpe dentro do golpe, pois acabava com a liberdade de imprensa e os direitos civis. Neste período, vários estudantes abraçam a luta armada, entrando na clandestinidade, e em 1969 militantes do MR-8 elaboraram um plano para seqüestrar o embaixador dos Estados Unidos (Alan Arkin) para trocá-lo por prisioneiros políticos, que eram torturados nos porões da ditadura.

A Revolução não será Televisionada (Irlanda - 2003)

DIREÇÃO: David Power

RESUMO: O documentário “A revolução não será televisionada”, filmado e dirigido pelos irlandeses Kim Bartley e Donnacha O'Briain, apresenta os acontecimentos do golpe contra o governo do presidente Hugo Chávez, em abril de 2002, na Venezuela. Os dois cineastas estavam na Venezuela realizando, desde setembro de 2001, um documentário sobre o presidente Hugo Chavez e o governo bolivariano quando, surpreendidos pelos momentos de preparação e desencadeamento do golpe, puderam registrar, inclusive no interior do Palácio Miraflores, seus instantes decisivos, respondido e esmagado pela espetacular reação do povo. Com bastante propriedade, o documentário consegue mostrar a permanente campanha de mentiras urdida pelos meios de comunicação contra o governo de Hugo Chavez, as relações da grande mídia com a elite econômica, militares dissidentes e a articulação dos EUA na manipulação dos fatos. Evidencia também a intervenção direta do imperialismo norte-americano na organização do golpe, em sua preparação e organização na embaixada americana em Caracas que foi, posteriormente, comprovada com documentos. Como disse o então diretor da CIA George Tenet, em entrevista na TV Venezuelana, dias antes do golpe, Chavez “não está preocupado com os interesses dos EUA”.

Cabra Marcado para Morrer (Brasil - 1984)

DIREÇÃO: Eduardo Coutinho

RESUMO: Em fevereiro de 1964, inicia-se a produção de Cabra Marcado Para Morrer, que contaria a história política do líder da liga camponesa de Sapé (Paraíba), João Pedro Teixeira, assassinado em 1962. No entanto, com o golpe de 31 de março, as forças militares cercam a locação no engenho da Galileia e interrompem as filmagens. Dezessete anos depois, o diretor Eduardo Coutinho volta à região e reencontra a viúva de João Pedro, Elisabeth Teixeira – que até então vivia na clandestinidade – e muitos dos outros camponeses que haviam atuado no filme antes brutalmente interrompido.

Daens: Um Grito de Justiça (Bélgica, Holanda, França - 1992)

DIREÇÃO: Stijn Coninx

RESUMO: O filme é passado na virada do século, no norte da Bélgica, em plena Revolução Industrial. A história é desenvolvida em torno da vida dos trabalhadores e trabalhadoras de uma fábrica de tecidos, na cidade de Aalst. Naquele momento, as pessoas estavam condenadas a um estado de miséria absoluta. A imagem da exploração de crianças e mulheres nas fábricas é o ponto alto da trama. A vida da sociedade local passa a ter uma nova direção com a chegada de Daens, um padre revolucionário que se muda para a cidade e vai morar na casa de seu irmão jornalista.

Eles não Usam Black-Tie (Brasil - 1981)

DIREÇÃO: Leon Hirszman

RESUMO: No início dos anos 60, implantou-se, no Brasil, uma ditadura militar da direita, enquanto que a “inteligência” brasileira pendia para a esquerda. O filme retrata o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros na luta por melhores condições de vida e trabalho, especialmente, o ABC das greves, que resulta na fundação da CUT, em 1983. Em São Paulo, em 1980, o jovem operário Tião e sua namorada Maria decidem casar-se ao saber que a moça está grávida. Ao mesmo tempo, eclode um movimento grevista que divide a categoria metalúrgica. Preocupado com o casamento e temendo perder o emprego, Tião fura a greve, entrando em conflito com o pai, Otávio, um velho militante sindical que passou três anos na cadeia durante o regime militar.

Entreatos (Brasil: 2002)

DIREÇÃO: João Moreira Salles

RESUMO: O dia a dia da campanha de Lula à Presidência do Brasil, ocorrida em 2002.

De 25 de setembro a 27 de outubro de 2002 a equipe de filmagem acompanhou passo a passo à campanha de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República. O filme revela os bastidores de um momento histórico através de material exclusivo, como conversas privadas, reuniões estratégicas, telefonemas, traslados, gravações de pronunciamentos e programas eleitorais.

Brava Gente Brasileira (Brasil - 2000)

DIREÇÃO: Lúcia Murat

RESUMO: A ficção passa-se no atual Mato Grosso do Sul, quando no final do século XVIII, um grupo de portugueses designados para fazer um levantamento topográfico na região do Pantanal se envolve com estupro de índias da tribo kadiwéus, um ramo dos guaicurus. No filme, a diretora focaliza o conflito cultural entre brancos (colonizadores) e nativos (colonizados), tendo como tema principal a dificuldade de compreensão cultural, retratada na relação entre a personagem do ator português Diogo Infante, um libertário apaixonado pelo que vai conhecendo dos índios e a amada prisioneira. Uma das principais e terríveis cenas do filme é a do estupro e massacre de um grupo de mulheres guaicurus, quando brincavam e mergulhavam, durante um banho. Por sua qualidade, apesar de recente, o filme já está sendo considerado um épico, onde os índios aparecem em toda sua grandeza, conseguindo emocionar, ao mesmo tempo em que mantém o suspense, com atores, cenários, paisagens, fotografia e música de alta qualidade.

Um Grito de Liberdade (EUA - 1987)

DIREÇÃO: Richard Attenborough

RESUMO: Inesquecível amizade entre dois homens inesquecíveis. A tensão e o terror presentes, atualmente, na África do Sul são vivamente retratados nesta arrebatadora história dirigida por Richard Attenborough sobre o ativista negro Stephen Biko (Denzel Washington) e um editor jornalístico branco liberal que arrisca a própria vida para levar a mensagem de Biko ao mundo. Depois de travar contato com os verdadeiros horrores do apartheid, através dos olhos de Biko, o editor Donald Woods (Kevin Kline) descobre que o amigo foi silenciado pela polícia. Determinado a não deixar que a mensagem de Biko seja abafada, Woods empreende uma perigosa fuga da África do Sul para tentar levar a incrível história de coragem de Biko para o mundo. A fascinante história real oferece um relato emocionante do ser humano em seu lado mais nefasto e mais heróico.

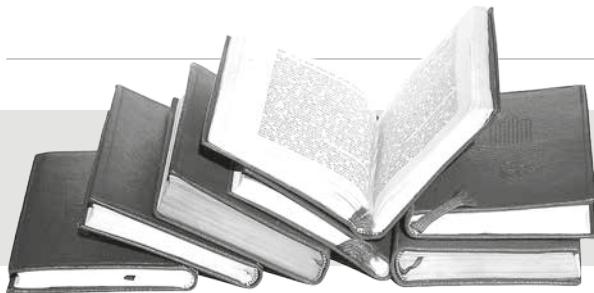
Olga (Brasil - 2004)

DIREÇÃO: Jayme Monjardim

RESUMO: O filme Olga é um painel rápido dos anos 1930 no Brasil. Trata da trajetória de vida da militante da Intenacional Comunista, a judia alemã Olga Benário, desde a sua infância na até a morte no campo de concentração de Bernburg, na Alemanha nazista, em 1942. O longa é centrado na figura de Olga, desde os treinamentos militares na União Soviética até sua vinda para o Brasil onde participa ativamente do Levante de 1935, uma tentativa fracassada de insurreição comunista no país. Aqui como companheira de Luís Carlos Prestes, foi presa pela repressão do Governo Vargas e extraditada para a Alemanha para morrer. Lá ele teve uma filha, Anita Leocádia, nascida pouco antes dela morrer na câmara de gás. O roteiro é baseado na biografia do livro do mesmo nome escrita por Fernando Morais.

Referências

- ABRAMOWICS, B. S. *O que todo cidadão precisa saber sobre greves*. 2^a ed. São Paulo: Global, 1986.
- ALVES G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Praxis, 1999.
- _____. *Superexploração do trabalho e luta de classes dos anos 80*. In: *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000. pp. 158-178.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. *O que é Sindicalismo*. 7^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARAUJO, L. de. *A condição da mulher nos assentamentos do Pontal do Paranapanema*. TCC. Presidente Prudente - SP: Departamento de Geografia/FCT/UNESP, 1989.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERNARDO, J. "Crise dos trabalhadores e trabalhadoras ou crise do sindicalismo?". In: *Crítica Marxista*. São Paulo: Xamã, n 4, 1997, pp. 123-139.
- BIHR, A. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOBBIO, N. & PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Tradução Carmem C. Varriale (et. al.). 6^a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- BOITO Jr., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, (1999)
- BRESCIANI, L. P. "Reestruturação industrial e negociação coletiva". In: MARTINS, H. de S.; RAMALHO, J. R. *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, 1994. pp. 196-207.
- BRESCIANI, M. S. M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 2^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRUMATTI, T. *Participação e atuação política da mulher nas entidades sindicais de Presidente Prudente/SP*. PCC. Presidente Prudente - SP: Departamento de Geografia/FCT/UNESP, 1999.
- CASTRO, P. *Greve: fatos e significados*. São Paulo: Ática, 1986.
- CATTANI, A.D. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COSTA, N. R. da. *Trabalhadores e trabalhadoras urbanos em Rondonópolis: história, luta e organização -1985-1991*. Dissertação de Mestrado. Araraquara - SP: UNESP, 1997.
- DECCA, E. de. *1930: o silêncio dos vencidos*. 5^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- GOETTERT, J. D. "O vôo das pandorgas": migração sulista para Rondonópolis - MT. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente - SP: FCT/UNESP, 2000.



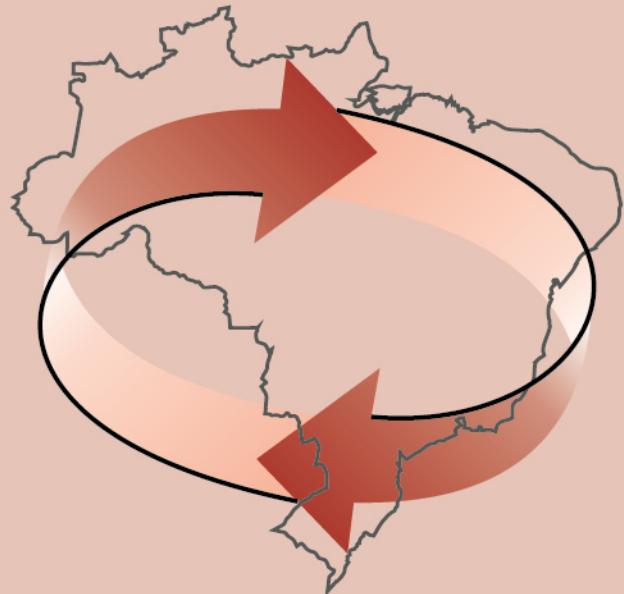
- HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebeldia e jazz*. Tradução de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- IGLÉSIAS, F. *Caminhos da afirmação*. In: *Trajetória Política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 258-267
- KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Laboratório de Geografia Urbana. Depto. De Geografia/FFLCH/ USP, Cadernos no LABUR n 2, 1999.
- LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. Tradução de Teixeira Coelho. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1999.
- LEITE, M. de P. (org.). *O trabalho em movimento*. Campinas - SP: Papirus, 1997.
- MARTINS, H. de S. "Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização" In: MARTINS, H. de S; RAMALHO, J. R. *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, 1994. pp. 13-40.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã (I - Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Sindicalismo*. Tradução de José Roberto Marinho. 2ª ed. São Paulo: CHED, 1980.
- MOISÉS, J. Á. "Qual é a estratégia do novo sindicalismo?". In: Vários Autores. *Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80*. Petrópolis - RJ, Vozes/CEDEC, 1982, pp. 11-39.
- MONTEIRO, A.; LEAL, G. B. *Mulher; da luta e dos direitos*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- REZENDE, A. P. *História do movimento operário no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
- SADER, E. *Quando os novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTTI, H. I. B.. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1976.
- SANFELICE, J. L. *Movimento estudantil: a UNE e a resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986.
- SANTANA, M. A. *Homens e partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SEGAL, M. "Depoimento sobre o AI-5". In: *Controvérsias e Dissonâncias*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SILVA, A. O. da. "Trabalho e política. Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores e trabalhadoras (uma análise das origens e evolução da tendência articulação - PT)". In: PRIORI, Ângelo (Org.). *O mundo do Trabalho e a Política*. Maringá: EDUEM, 2000.
- SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- SIQUEIRA, E. M.; COSTA L. A. da; CARVALHO, C. M. C. *O processo histórico de Mato Grosso*. 3ª ed. Cuiabá - MT: Guaicurus, 1990.
- TELLES, V. "Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida". In: MARTINS, H. de S.; RAMALHO, J. R. *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, 1994. pp. 85-111.
- TRAGTENBERG, M. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, 1980.

Projeto Gráfico

Esta publicação foi elaborada em 21 x 27,5 cm, com mancha gráfica de 18 x 23,5 cm,
fonte ITC Officina Serif 11 pt, papel offset 90g, P&B, impressão offset, encadernação colado quente.

Edição Impressa

Tiragem: 1.000 exemplares
Supernova Soluções Gráficas e Editora
Julho de 2014



Programa de Formação da CNTE

Um novo conceito de atuação sindical

Eixo 1 Formação de Dirigentes Sindicais

Fascículo 4 - Introdução à História do Movimento Sindical

Projeto gráfico e editorial

NPC
Núcleo Piratininga
de Comunicação



Programa de
Formação da CNTE



ESFORCE



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Brasil



Filiada à



Int. da Educação

Int. da Educação